



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PRECONCEITO RACIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
O PAPEL MEDIADOR DO PRECONCEITO RACIAL NA RELAÇÃO ENTRE
A COR DA PELE DA FAMÍLIA BENEFICIÁRIA E O NÍVEL DE APOIO A ESSE
PROGRAMA

HÉVILLA RODRIGUES DE FREITAS

JOÃO PESSOA
JUNHO / 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**PRECONCEITO RACIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
O PAPEL MEDIADOR DO PRECONCEITO RACIAL NA RELAÇÃO ENTRE
A COR DA PELE DA FAMÍLIA BENEFICIÁRIA E O NÍVEL DE APOIO A ESSE
PROGRAMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, por Hévilla Rodrigues de Freitas, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

JOÃO PESSOA
JUNHO / 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F866p Freitas, Hévilla Rodrigues de.

Preconceito racial e programa bolsa família: o papel mediador do preconceito racial na relação entre a cor da pele da família beneficiária e o nível de apoio a esse programa / Hévilla Rodrigues de Freitas. - João Pessoa, 2019.

65 f. : il.

Orientação: Ana Raquel Rosas Torres.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL.

1. Preconceito Racial. 2. Programa Bolsa Família. I. Torres, Ana Raquel Rosas. II. Título.

UFPB/CCHLA

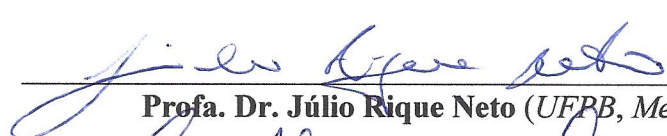
**PRECONCEITO RACIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
O PAPEL MEDIADOR DO PRECONCEITO RACIAL NA RELAÇÃO ENTRE
A COR DA PELE DA FAMÍLIA BENEFICIÁRIA E O NÍVEL DE APOIO A ESSE
PROGRAMA**

Hévilla Rodrigues de Freitas

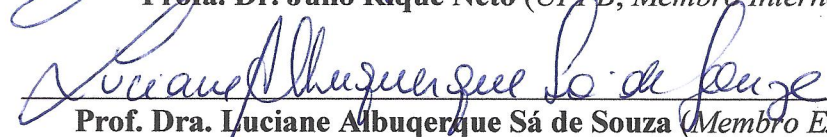
BANCA AVALIADORA



Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres (UFPB, Orientadora)



Profa. Dr. Júlio Rique Neto (UFPB, Membro Interno)



Prof. Dra. Luciane Albuquerque Sá de Souza (Membro Externo)

*“Nós somos o que fazemos repetidamente.
A excelência, portanto, não é um ato, mas um hábito”.*

(Aristóteles).

AGRADECIMENTOS

Durante a caminhada do mestrado tenho muito a agradecer. Primeiro a Deus, pois é dele que vem minha força diária. Nele confio e nunca estarei só! Agradeço também a minha família que durante esta caminhada foi meu suporte emocional e financeiro na realização do meu sonho: ser Mestre nesta área tão importante para a Psicologia, que é a Psicologia Social.

Aqui gostaria de citar meus pais, Joseli e Vando, minha avó Naza, meu esposo Carlos e a nossa filha Maria Helena. Quero agradecer pela confiança de vocês e pela nossa caminhada juntos, sempre de mãos dadas. Sem vocês eu não estaria aqui. Obrigada por tudo!

Agradeço também à minha orientadora e professora, Dra. Ana Raquel Rosas Torres, pela oportunidade de me orientar durante a graduação e o mestrado. Sem o seu “sim” eu não teria chegado até aqui. Obrigada, Ana!

Ao professor, Dr. Cícero Roberto Pereira, obrigada pelas oportunidades de aprendizagem e conversas compartilhadas diariamente durante a caminhada do mestrado. E aos membros da banca agradeço por aceitarem avaliar o meu trabalho e compartilhar o precioso conhecimento de vocês com o objetivo aperfeiçoar meu trabalho. Vocês também foram essenciais para o meu desenvolvimento!

Por fim, agradeço aos amigos do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP) pela amizade e companheirismo diário, pois com vocês a caminhada se tornou mais leve, divertida e otimista.

PRECONCEITO RACIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): O PAPEL MEDIADOR DO PRECONCEITO RACIAL NA RELAÇÃO ENTRE A COR DA PELE DA FAMÍLIA BENEFICIÁRIA E O NÍVEL DE APOIO A ESSE PROGRAMA

RESUMO: Esta dissertação objetiva analisar o papel mediador do preconceito racial na relação entre a cor da pele da família beneficiária do Programa Bolsa Família e o nível de apoio a esse programa. Para alcançar esse objetivo, foram realizados três estudos. Os dois primeiros objetivaram adaptar e apresentar evidências psicométricas de um instrumento para mensurar o preconceito racial no Brasil. O terceiro estudo buscou analisar especificamente o papel mediador do preconceito racial na relação entre a cor da pele da família beneficiária do Programa Bolsa Família e o nível de apoio a esse programa. Os resultados indicaram a existência de nove itens que se estruturam em três fatores e explicam conjuntamente 71,55% da variância total. Eles foram nomeados como, a) Negação da Discriminação ($\alpha = 0,79$); b) Acentuação das Diferenças Intergrupais ($\alpha = 0,78$) e c) Negação de emoções positivas frente ao movimento negro ($\alpha = 0,84$). O segundo estudo objetivou efetuar a análise fatorial confirmatória da escala construída no Estudo 1 e analisar sua validade convergente. Os resultados dos dois estudos revelaram um bom ajuste ao modelo de três fatores e correlações satisfatórias entre escalas que medem o mesmo construto. Finalmente, o Estudo 3 buscou testar duas hipóteses: 1) O papel mediador do preconceito racial na relação entre a cor da pele da família beneficiária e o nível de apoio a esse programa; 2) A rejeição ao PBF será maior quando a família beneficiária for negra em comparação com a família branca. As análises de mediação forneceram evidências empíricas satisfatórias para corroborar as hipóteses de pesquisa. Por outro lado, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) apontou que os discursos dos participantes demonstraram avaliações positivas sobre o PBF, porém associadas a críticas relacionadas a três aspectos: falhas na fiscalização, o programa não gera autonomia e o programa torna as famílias dependentes do Estado.

Palavras-Chave: Preconceito racial; preconceito sutil; programa bolsa família.

**RACIAL PREJUDICE AND BRAZILIAN BOLSA-FAMILIA PROGRAMA (PBF):
THE MEDIATING ROLE OF RACIAL PREJUDICE IN THE RELATION
BETWEEN THE SKIN COLOR OF THE BENEFICIAL FAMILY'S AND THE
LEVEL OF SUPPORT FOR THIS PROGRAM**

ABSTRACT: This dissertation aims to analyze the mediating role of racial prejudice in the relation between the skin color of the beneficiary family and the level of support on the Programa Bolsa-Família (PBF). To achieve this goal, three studies were carried out. The first and second study aimed to adapt and present psychometric evidence of an instrument to measure racial prejudice in Brazil. The third study aimed to analyze the mediating role of racial prejudice in the relation between the skin color of the beneficiary family's and the level of support for this program. The results indicated the existence of nine items that are structured in three factors and, together, they explain 71.55% of the total variance. They were named as, a) Denial of Discrimination ($\alpha = 0.79$); b) Accentuation of Intergroup Differences ($\alpha = 0.78$) and c) Negation of positive emotions about black movement ($\alpha = 0.84$). The second study aimed to perform the confirmatory factor analysis of the scale constructed in Study 1 and to analyze its convergent validity. The results of the two studies revealed a good fit to the three-factor model and satisfactory correlations between scales measuring the same construct. Finally, the Study 3 aimed to test the two hypotheses: 1) The mediating role of racial prejudice between the skin color of the family and the level of support for PBF; 2) The rejection of the PBF will be greater when the beneficiary family is black compared to the white Family. The analyses of mediation provide satisfactory empirical evidence for corroborating with the research hypothesis. On the other hand, the Descending Hierarchical Classification (CHD) pointed out that the participants' discourses showed positive evaluations of the PBF, but associated with criticisms about three aspects: failures in supervision, the program does not generate autonomy and the program makes families dependent on State.

Keywords: Racial prejudice; subtle prejudice; Brazilian Bolsa Família Programa (PBF).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
APORTE TEÓRICO.....	12
Programa Bolsa Família.....	12
O preconceito e as mudanças nas formas de sua expressão.....	15
O preconceito racial no Brasil.....	19
Hipóteses e Visão Geral dos Estudos.....	22
Referências.....	23
ESTUDO 1 - ADAPTAÇÃO DA ESCALA DE PRECONCEITO RACIAL SUTIL (EPRS).....	28
Método.....	28
Resultados.....	30
Referências.....	33
ESTUDO 2 - EVIDÊNCIAS PSICOMÉTRICAS DA ESCALA DE PRECONCEITO SUTIL.....	34
Método.....	34
Resultados	35
Discussão Parcial	37
Referências.....	38
ESTUDO 3 - O PAPEL MEDIADOR DO PRECONCEITO RACIAL NA RELAÇÃO ENTRE A COR DA PELE DA FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O NÍVEL DE APOIO A ESSE PROGRAMA.....	39
Método.....	39
Resultados.....	41
Discussão.....	50
Referências.....	53
ANEXOS	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Itens da Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS).....	29
Tabela 2 - Estrutura Fatorial da Escala de Preconceito Sutil (EPS).....	32
Tabela 3 - Correlação entre a Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS) e Escala de Preconceito Moderno (EPM).....	37
Tabela 4 - Parâmetros estimados para o modelo de mediação.....	41
Tabela 5 - Parâmetros estimados para o modelo de mediação.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Análise Fatorial Confirmatória da EPRS.....	36
Figura 2 - Análise da mediação da cor da família (negra) como preditor, o preconceito sutil como mediador e o apoio ao PBF como variável dependente.....	43
Figura 3 - Análise da mediação da cor da família (branca) como preditor, o preconceito sutil como mediador e o apoio ao PBF como variável dependente.....	44
Figura 4 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	45
Figura 5 – Análise Fatorial de Correspondência (AFC).....	49
Figura 6 - Análise Fatorial de Correspondência (AFC).....	50

INTRODUÇÃO

O preconceito racial é um construto bastante relevante para o entendimento das relações raciais no Brasil, pois apesar de se acreditar que existe uma convivência harmoniosa e igualitária entre negros e brancos, os dados oficiais mostram que os trabalhadores brancos ganham salários médios 82% superiores aos rendimentos dos negros (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio [PNAD], 2017), bem como o desemprego é mais elevado entre negros (7,5%) e pardos (6,8%) do que entre brancos (5,1%). Essa desigualdade é reforçada na educação e vulnerabilidade à pobreza, cuja taxa de analfabetismo é maior entre negros (11,2%) e pardos (11,1%) do que entre brancos (5%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2014). Por outro lado, as famílias chefiadas por negros e pardos representam 70% dos domicílios que recebem benefícios assistenciais do governo (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2011).

As consequências dessa desigualdade racial se refletem em um conjunto de trabalhos empíricos realizados no Brasil. De fato, a partir do aporte teórico da Psicologia Social, estudos têm demonstrado que o fenômeno do preconceito racial é profundamente persistente, enraizado na sociedade brasileira e assume diversas configurações (Batista, Leite, Torres & Camino, 2014; Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001; Camino, Tavares, Torres, Álvaro & Garrido, 2014; Ferreira, Leite, Sousa, Estramiana & Torres, 2017; Ferreira, Leite, Muniz, Batista, Torres & Estramiana, 2017; Lima, Machado, Ávila, Lima & Vala, 2005; Lima-Nunes, Lins, Camino & Torres, 2010; Paim & Pereira, 2011; Pereira, Álvaro, Oliveira & Dantas, 2011; Silva, Torres, Estramiana, Luque & Linhares, 2017).

Diante desse contexto, o Estado brasileiro tem adotado políticas públicas na área da Assistência Social com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade persistente em nosso país. Dentre as políticas adotadas, a que tem ganhado mais destaque no cenário nacional e internacional é o Programa de Transferência de Renda, conhecido como o Bolsa Família (PBF), que será discutido em seguida.

Programa Bolsa Família

O problema das desigualdades sociais no Brasil é histórico e, a primeira vista, parece ser crônico devido à persistência das diferenças salariais e de acesso à educação e saúde. Por exemplo, de acordo com o IBGE (2018), os trabalhadores brancos recebem, em média, 72,5% a mais do que os trabalhadores negros ou pardos. No que se refere ao acesso à educação superior, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2017) apontou que a porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que tem ensino superior completo é de 22,9%, mais que o dobro da porcentagem de pretos e pardos que é de 9,3%. Na saúde, o cenário não é diferente. Segundo o Ministério da Saúde, 80% da população que faz uso do SUS é negra, representada pela maior incidência de doenças (Organização das Nações Unidas [ONU], 2018).

Objetivando enfrentar essa situação, diversas políticas públicas têm sido implementadas nos últimos 20 anos, a exemplo do PSF (Programa Saúde da Família), Ações Afirmativas (reserva de vagas em IES públicas para negros, estudantes oriundos do ensino público e de baixa renda etc.) e o Programa Bolsa Família. Em conjunto, provavelmente os dois últimos são os que têm despertado posições mais extremadas, tendo de um lado os que defendem que sem essas políticas as desigualdades sociais jamais diminuirão, e do outro, aqueles que defendem a ideia de que esses programas só servem para fornecer um tipo de assistencialismo que não resolve realmente a situação.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em outubro de 2003, é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades. Atualmente, esse programa beneficia 13,7 milhões de famílias, com renda per capita mensal de até R\$85,00 (famílias em situação de extrema pobreza) e entre R\$85,01 e R\$170,00. O PBF é formado por três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. O primeiro eixo, a transferência direta de renda, busca auxiliar rapidamente as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza. O segundo eixo, as condicionalidades, refere-se aos compromissos assumidos pelas famílias para ampliar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social. O terceiro eixo, os programas complementares, busca integrar diversos serviços para garantir o atendimento integral às necessidades das famílias, ampliando as condições e qualidade do acesso, bem como a efetivação de direitos (famílias em situação de pobreza) (Ministério de Desenvolvimento Social [MDS], 2018).

Diversos países da América Latina têm experimentado Programas de Transferência Condicionada (PTC) para o combate à pobreza e à desigualdade social. A breve comparação

entre o Brasil, México e Chile realizada por Soares (2010) demonstra que o Programa Chile Solidário, por exemplo, coloca sua prioridade no alívio imediato da pobreza, mas não por meio da transferência monetária, como o Bolsa Família. O foco desse programa é o acompanhamento familiar e o acesso da população aos serviços e programas sociais para combater a pobreza em curto prazo.

Historicamente, as experiências brasileiras com PTCs diferem do que ocorreu no México, pois no Brasil esses programas surgem a partir de experiências municipais e estaduais antes de assumir um caráter de política de proteção social de nível nacional. No que se refere à elegibilidade das famílias para receber o benefício, o Progres, no México, renomeado Oportunidades, em 2001, apenas revê a situação de elegibilidade da família após seis anos, enquanto o Bolsa Família realiza o recadastramento para avaliar a elegibilidade da família a cada dois anos (Soares, 2010).

Diversos países europeus também possuem programas de proteção social, como é o caso da Itália, com o *Reddito di Inclusione* e o *Child benefit* no Reino Unido. Uma breve comparação desses programas com o Programa Bolsa Família aponta que os valores repassados nesses países são mais elevados e possuem um período de duração específico. Na Itália, a renda de inclusão social prevê o pagamento de €187,5 (R\$875,00) até €485 (R\$2.269,00) por mês, variando de acordo com a quantidade de membros na família por um período máximo de 18 meses, podendo ser renovado por mais 12 meses. Na Inglaterra, o *Child Benefit* é concedido às famílias de baixa renda que tenham crianças menores de 16 anos. O valor do repasse por semana corresponde a £20,70 (R\$109,00) para a criança mais velha ou filho único. Caso a família tenha mais filhos, será pago £13,70 (R\$72,00) para cada criança adicional, cujos valores geralmente são depositados na conta bancária dos beneficiários a cada quatro semanas.

De modo geral, o Programa Bolsa Família tem recebido apoio da sociedade brasileira. O estudo realizado por Castro, Walter, Santana e Stephanou (2009), por exemplo, sobre as percepções da sociedade brasileira sobre o Bolsa Família, mostrou que, para maioria dos participantes, a sociedade brasileira apoia o PBF por causa do seu impacto positivo na qualidade de vida das famílias beneficiárias. De fato, um conjunto de trabalhos demonstra esse impacto em diversos aspectos da qualidade de vida dessas famílias. Por exemplo, Lignani, Sichieri, Burlandy e Salles-Costa (2010) observaram que o Programa Bolsa Família está associado ao aumento no consumo de vários tipos de alimento como cereais, carne, feijão, leite e laticínios. Na mesma direção, Martins e Monteiro (2016), em um estudo quase-experimental, constataram que famílias beneficiárias do PBF possuem o total de gastos

semanais com alimentos 6% maior do que as famílias não-beneficiárias. Eles demonstraram também que famílias beneficiárias têm um gasto 7,7% maior em alimentos *in natura* ou minimamente processados do que as famílias não-beneficiárias.

No que se refere ao impacto do Programa Bolsa Família sobre indicadores educacionais, Glewwe e Kassouf (2012) observaram os efeitos positivos do PBF nas taxas de frequência, aprovação e abandono escolar. Assim, ocorreu um aumento de 5,5% na taxa de matrícula do 1º ao 5º ano e 6,5% de aumento na taxa de matrícula dos alunos do 6º ao 8º ano. Ao mesmo tempo, houve uma redução de 0,5 e 0,4 pontos percentuais na evasão escolar, respectivamente, de alunos do Ensino Fundamental I e do Ensino Fundamental II. Além do aumento na taxa de aprovação de 0,9 e 0,3 pontos percentuais para o 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano, respectivamente.

Sobre os efeitos do Programa Bolsa Família nos indicadores de acesso aos serviços de saúde, Shei, Costa, Reis e Ko (2014) encontraram efeitos positivos do PBF no acesso de crianças ao posto de saúde para serviços preventivos – aumento de 3,5% no monitoramento do crescimento, aumento de 2,8% das vacinações e aumento de 1,6% de exames. A partir de outra perspectiva, Rasella, Aquino, Santos, Paes-Sousa e Barreto (2013) apontaram para redução da taxa de mortalidade, global e resultante de causas relacionadas à pobreza, à medida que a cobertura do PBF aumentou. Nessa mesma perspectiva, o Programa Bolsa Família também se destaca como importante mecanismo de melhoria para o rendimento das mulheres, pois a predominância das mulheres na titularidade do benefício do programa permite maior autonomia financeira feminina (Cirino, 2018).

O preconceito e as mudanças nas formas de sua expressão

A partir do final da segunda guerra mundial, as sociedades ocidentais começaram a passar por mudanças profundas nas suas relações raciais e étnicas. Essas mudanças levaram, por exemplo, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e a lutas sociais pelos direitos de diversos grupos minoritários (e.g.: negros, mulheres, homossexuais, etc.). Por outro lado, esses movimentos sociais também influenciaram na construção de normas sociais que, de certa forma, coíbiam comportamentos e crenças racistas tradicionais (Lima & Vala, 2004; Pettigrew & Meertens, 1995).

As normas sociais são regras explícitas e implícitas que descrevem e prescrevem comportamentos (Sherif, 1967). Estudos têm demonstrado que a expressão do preconceito é influenciada pelas normas sociais (Allport, 1954; Crandall, Eshleman & O'Brien, 2002; Gaertner & Insko, 2001; Lima, 2002; Pettigrew, 1958), e que as sociedades ocidentais têm desenvolvido estratégias mais sutis de expressão do preconceito (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976; Pedersen & Walker, 1997; Pettigrew & Meertens, 1995).

O livro “The nature of prejudice” publicado por Gordon Allport (1954) tem influenciado as investigações modernas sobre a natureza do preconceito. Este autor define o preconceito como “an aversive or hostile attitude toward a person who belongs to a group, simply because he belongs to that group, and is therefore presumed to have the objectionable qualities ascribed to the group” (p. 7).

Nesta perspectiva, Allport (1954) conceitua o preconceito como uma atitude negativa frente a um indivíduo devido a sua pertença grupal. A partir desta definição, Brown (1995) argumenta que o preconceito não deve ser estudado apenas como um fenômeno cognitivo ou atitudinal, mas também deve ser considerado os processos grupais. Portanto, ele define o preconceito como “derogatory social attitudes or cognitive beliefs, the expression of negative affect, or the display of hostile or discriminatory behaviour towards members of a group on account of their membership of that group” (p. 8).

Nesta nova proposta, Brown (1995, p. 9) “ênfatiza múltiplos níveis – cognitivo, afetivo e comportamental – na definição do preconceito, e contrasta com algumas tendências da Psicologia Social moderna que tendem a enfatizar os aspectos cognitivos do preconceito e, ignorar os componentes afetivos e comportamentais”. Tomando como base esta definição, o preconceito racial não poderia ser concebido como decorrente de características psicológicas

individuais, sejam elas características de personalidade (e.g. Adorno et al., 1950) ou erros no processamento de informações (e.g. Hamilton, 1979).

Partindo desta concepção do preconceito enquanto fenômeno intergrupar, Tajfel e Turner (1979) explicam o preconceito como o resultado da categorização social. As categorias sociais são “ferramentas cognitivas que segmentam, classificam e ordenam o ambiente social, permitindo ao indivíduo assumir muitas formas de ação social. No entanto, elas não apenas organizam o mundo social, mas também criam e definem o lugar do indivíduo na sociedade” (p. 40). A partir dos experimentos do paradigma dos grupos mínimos (Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971) demonstraram que a consciência de pertença a uma determinada categoria social leva ao processo de diferenciação intergrupar, e por isso, os indivíduos buscam desenvolver uma identidade social positiva durante o processo de comparação social baseadas em valores sociais e que conduziriam ao favoritismo endogrupal.

A partir deste arcabouço teórico sobre o preconceito a partir da Psicologia Social, Pettigrew e Meertens (1995) teorizaram duas formas de expressão do preconceito: Preconceito Flagrante e Preconceito Sutil, definidos como: “Blatant prejudice is hot, close and direct. Subtle prejudice is cool, distant and indirect” (p. 58). No preconceito flagrante, os autores distinguem dois componentes que o compõem: 1) percepção de ameaça e rejeição do exogrupo; 2) rejeição da intimidade com o exogrupo. Por outro lado, o preconceito sutil é composto por três dimensões: 1) defesa dos valores tradicionais; 2) acentuação das diferenças culturais; 3) negação de emoções positivas frente aos membros do exogrupo.

A teoria do Preconceito Sutil e Flagrante proposta por Pettigrew e Meertens (1995) foi escolhida para embasar este estudo por três motivos. O primeiro motivo é que esta teoria se baseia em um contexto europeu transnacional e de grande representatividade, envolvendo 3.806 participantes da França, Holanda, Reino Unido e Alemanha Ocidental. Nesta proposta, os autores empregam um esforço real para distinguir empiricamente duas formas de preconceito, bem como, desenvolver duas escalas para medir o preconceito sutil e o preconceito flagrante. No Brasil o preconceito racial tem apresentado características bem similares ao preconceito sutil europeu, caracterizado também por ser um país democrático, o Brasil possui uma norma social antirracismo clara, cuja manifestação muitas vezes é justificada sutilmente (Nunes, 2010).

Em segundo lugar, Meertens e Pettigrew (1997) postularam que o preconceito sutil é uma consequência do estabelecimento de normas que proíbem expressões flagrantes de preconceito e discriminação. Partindo deste postulado, consideramos que o contexto social brasileiro é marcado por princípios normativos de igualdade e justiça que condenam atitudes

preconceituosas, conforme já apontado por estudos empíricos brasileiros (Batista et al., 2014; Camino et al., 2001; Ferreira et al., 2017; Lima, 2016).

O terceiro motivo é que Meertens e Pettigrew (1997) afirmam que o preconceito sutil pode ser estudado separadamente do preconceito flagrante. "Subtle prejudice against outgroups can be mensuared reliably and separately from the more traditional form of blatant preudice" (p. 54). Visto que as formas tradicionais de expressão do preconceito estão sendo substituídas pelas formas sutis optou-se por investigar no cenário brasileiro apenas o preconceito sutil.

De acordo com Meertens e Pettigrew (1997), a conceituação do preconceito sutil foi inspirada nos estudos realizados por Crosby, Bromley e Saxe (1980) e Gaertner e Dovidio (1986). O primeiro é uma revisão da literatura acerca dos estudos de medidas discretas sobre o racismo. A partir deste estudo, observou-se que as atitudes preconceituosas intergrupais podem variar em função do contexto normativo e comportamento presente no estudo, por exemplo, nos estudos sobre comportamentos de ajuda, a discriminação foi maior nas situações anônimas do que nas situações de encontro face-a-face. Do mesmo modo, nos estudos sobre agressão, a potencial retaliação e censura diminuíram a quantidade de agressões diretas e aumentaram a quantidade de agressão indireta contra os negros.

Outra importante influência para o conceito do preconceito sutil foi o estudo de Gaertner e Dovidio (1986) que buscou postular a teoria do racismo aversivo, caracterizado pelos sentimentos negativos frente aos negros, muitas vezes inconscientes, que acabam sendo expressos de maneira mais sutil. De acordo com esta proposta teórica, Dovidio e Gaertner (2005) postularam que os racistas aversivos podem se engajar em comportamentos que acabam prejudicando os negros, mas de maneira que lhes permitam manter sua auto-imagem não preconceituosa:

A discriminação tenderá a ocorrer em situações nas quais a estrutura normativa é fraca, quando as diretrizes para comportamentos apropriados são vagas ou quando a base para o julgamento social é ambíguo. Além disso, a discriminação ocorrerá quando um racista aversivo puder justificar ou racionalizar uma resposta negativa com base em algum outro fator além da raça (p. 620).

O fator acentuação das diferenças culturais explora o trabalho de Rokeach (1960) sobre a percepção de dissimilaridade de crenças e diferenças de valores culturais entre as pessoas, essas percepções diferentes seriam a causa do preconceito (*closed mind*). Por outro lado, o fator negação de emoções positivas frente aos membros do exogrupo combina achados do trabalho experimental de Dijker (1987) e Dovidio, Mann e Gaertner (1989) sobre o papel

das emoções nas relações intergrupais. Estes estudos identificaram que os participantes relatavam emoções negativas frente aos membros do exogrupo, mas também relatavam emoções positivas frente aos membros do exogrupo, especialmente quando o exogrupo era mais semelhante culturalmente. Além destes suportes teóricos, a extensa literatura sobre o paradigma dos grupos mínimos ofereceu suporte empírico adicional para a construção da escala de preconceito sutil (Pettigrew & Meertens, 2001).

Diante do exposto, cabe-nos agora discutir a seguinte questão: como o preconceito racial tem sido estudado no Brasil, haja vista a representação profundamente compartilhada pelos brasileiros de que somos uma democracia racial (Chauí, 2000; Freyre, 1933). De forma geral, estudos nacionais sobre o preconceito racial (Batista et al., 2014; Camino et al., 2001; Turra & Venturi, 1995) têm sistematicamente revelado a negação da existência do preconceito racial pelos brasileiros. Em conjunto, esses estudos mostram que quando o brasileiro é indagado se é racista, ele cordialmente nega, porém, esta negação revela de forma indireta a expressão do preconceito cordial brasileiro. As especificidades assumidas por esse fenômeno no Brasil serão discutidas a seguir.

O Preconceito Racial no Brasil

A ideologia compartilhada pelos brasileiros sobre suas relações raciais tende a minimizar os efeitos do preconceito racial persistente no Brasil (Chauí, 2000). O estudo realizado por Camino et al. (2001), por exemplo, demonstrou que 82% dos participantes acreditavam na existência do preconceito racial na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que afirmavam que eles mesmos não eram preconceituosos.

Esses dados foram corroborados mais de dez anos depois com o estudo realizado por Batista et al. (2014) sobre estereótipos atribuídos aos negros no Brasil. Neste estudo se buscou investigar esta mesma contradição entre o posicionamento pessoal das pessoas frente aos negros e o posicionamento da sociedade frente aos negros. Os resultados mostraram que o quadro geral do preconceito racial não mudou, visto que quando as pessoas manifestam a própria opinião são atribuídos mais adjetivos positivos aos negros. Porém, quando os participantes manifestam a posição da sociedade, são atribuídos mais adjetivos negativos do que adjetivos positivos.

Essa situação contraditória encontrada nestes dois estudos, realizados com mais de dez anos de diferença, sugere que a força da norma social antipreconceito influencia as pessoas a expressarem o preconceito de forma mais sutil e evitam assumir atitudes pessoais preconceituosas (Batista et al., 2014; Camino et al., 2001; Pettigrew & Meertens, 1995). Devido a esse contexto, os estudos sobre preconceito racial no Brasil têm se debruçado sobre as formas de expressão sutis deste fenômeno.

De acordo com Telles (2004, p. 45), as ideologias da “democracia racial e do branqueamento estão enraizadas na crença de que a miscigenação é um fato histórico que torna o Brasil único”. Em conjunto, essas ideologias exercem forte influência na expressão sutil do preconceito racial no Brasil.

De acordo com Freyre (1933), a miscigenação racial no Brasil produziu uma ideologia dominante de que nosso país viveria em uma “democracia racial”. Esse termo emergiu a partir da compreensão da sociedade brasileira enquanto sociedade miscigenada, que:

(a) nunca conhecera o ódio entre raças, ou seja, o "preconceito racial"; (b) as linhas de classe não eram rigidamente definidas a partir da cor; (c) os mestiços se incorporavam lentos, mas progressivamente à sociedade e à cultura nacional; (d) os negros e os africanos tendiam paulatinamente a desaparecer, dando lugar a um tipo físico e a uma cultura propriamente brasileira (Guimarães, 2004, p. 16).

O significado e a importância atribuídos à miscigenação também influenciou a ideologia do branqueamento, pois se acreditava que graças ao intenso processo de miscigenação nasceria uma nova raça brasileira, caracterizada por ser mais branca. Dessa forma, o branqueamento no Brasil seria um fenômeno social e histórico que foi impulsionado pela elite brasileira e comunidade científica, pois se buscava alcançar o desenvolvimento econômico do país por meio da imigração maciça de brancos europeus, que além da suposta superioridade racial, também possuíam a mão-de-obra mais qualificada (Carone, 2002).

Posteriormente, a ideologia do branqueamento tornou-se no Brasil uma estratégia de mobilidade social para os negros. De acordo com Telles (2002), as pessoas tendem a categorizar as outras como tendo uma pele mais clara quando estas indicam possuir educação superior, ou seja, de acordo com a classe social as pessoas podem ser vistas como mais brancas. Nessa direção, Lima e Vala (2004) demonstraram empiricamente que estudantes universitários brancos avaliaram um grupo de pessoas negras e um grupo de pessoas brancas (representados por fotografias) de forma diferente com base no desempenho social (sucesso *versus* fracasso) de cada grupo. Os resultados indicaram que os grupos que obtêm sucesso são vistos como "mais brancos" do que os que fracassam, que são "enegrecidos".

Como consequências das ideologias da democracia racial e do branqueamento, existe hoje nas relações intergrupais brasileiras uma associação entre a cor da pele e o status socioeconômico. Este cenário influencia discursos de que as desigualdades existentes hoje no Brasil não são de origem racial, pelo contrário, trata-se de uma desigualdade social.

Mensurar o preconceito racial no Brasil não é um trabalho fácil, devido à própria configuração sutil de como ele é expresso. Apesar de no Brasil já existirem escalas que mensurem esse fenômeno, uma revisão sistemática inicial apontou que os estudos de construção dessas escalas não realizaram análises cruciais, como a análise fatorial confirmatória, validade convergente e validade preditiva, limitando-se a Análise Fatorial Exploratória e ao Índice de Confiabilidade (*Alfa de Cronbach*). Este cenário aponta para uma lacuna no estudo do preconceito racial no Brasil: o desenvolvimento de uma escala que reúna características psicométricas fortes o bastante para mensurar o preconceito racial.

Alguns estudos têm demonstrado que, em muitas situações cotidianas, nas quais existe algum tipo de conflito, elementos ligados a diferentes formas de expressão do preconceito racial estão presentes. No futebol, por exemplo, estudos têm demonstrado que, quando os xingamentos entre torcidas adquirem a característica de xingamentos raciais (e.g. macaco, preto fedido), isso pode ser explicado pela existência do preconceito racial (Ferreira et al., 2017; Ferreira et al., 2018).

No que diz respeito às Ações Afirmativas, alguns estudos têm encontrado o mesmo tipo de resultado (Techio, Ferreira, Viana & Torres, 2019). O trabalho de Torres, Linhares e Freitas (no prelo), por exemplo, aponta que comparando ex-cotistas raciais e sociais, os primeiros seriam mais passíveis de sofrer discriminação no ambiente de trabalho.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, este trabalho objetiva analisar o papel mediador do preconceito racial na relação entre a cor da pele da família beneficiária do Programa Bolsa Família e o nível de apoio a esse programa. Para tanto, foram realizados três estudos que serão descritos a seguir.

Hipóteses e Visão Geral dos Estudos

Para alcançar o objetivo proposto e testar as hipóteses de pesquisa, foram realizados três estudos empíricos. O primeiro estudo objetivou adaptar um instrumento para mensurar o preconceito racial no Brasil a partir da Teoria do Preconceito Flagrante e Sutil (Pettigrew & Meertens, 1995). O segundo estudo buscou apresentar evidências psicométricas do instrumento desenvolvido no Estudo 1. Por fim, no terceiro estudo, buscou-se analisar o papel mediador do preconceito racial na relação entre a cor da pele da família beneficiária do Programa Bolsa Família e o nível de apoio a esse programa. Diante disso, temos duas hipóteses de pesquisa:

- 1) A relação entre a cor da pele e o apoio ao Programa Bolsa Família será mediada pelo preconceito racial.
- 2) A rejeição ao Programa Bolsa Família será maior quando a família beneficiária for negra em comparação com a família branca.

Referências Bibliográficas

- Allport, G.W. (1954). *The nature of prejudice*. Wokingham: AddisonWesley.
- Adorno, T., Frenkel- Brunswick, E., Levinson, D., & Sanford, N. (1950). The authoritarian personality. New York: Harper.
- Batista, J. R. M., Leite, E. L., Torres, A. R. R., & Camino, L. (2014). Negros e Nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. *Psicologia Política*, 14 (30), 325-345.
- Brown R. (1995). *Preudice: Its Social Psychology*. Oxford, England: Blackwell.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo. *Revista Psicologia Política*, 1 (1).
- Camino, L., Tavares, T. L., Torres, A. R. R., Álvaro L. A., & Garrido, A. (2014). Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. *Psicologia e sociedade*, 26, 117-128. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500013>.
- Castro, H. C. O., Walter, M. I. M. T., Santana, C. M. B., & Stephanou, M. C. (2009). Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Publica*. 15 (2), 333-355. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200003>.
- Carone, I. (2002). A distância subjetiva entre as classes, de acordo com Aléxis de Tocqueville. In: Iray, C.; Bento. Maria Aparecida Silva (Org.) *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Chauí, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Cirino, J. F. (2018). Discriminação por gênero no mercado de trabalho: uma comparação do diferencial de rendimento entre homens e mulheres para os anos de 2002 e 2014. In *Planejamento e Políticas Públicas / Instituto de Pesquisa Aplicada*. Brasília: Ipea.
- Crandall, C. S., Eshleman, A., & O'Brien, L. (2002). Social norms and the expression and supression of prejudice: The struggle of internalisation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 359-378.
- Crosby, F., Bromley, S., & Saxe, L. (1980). Recent unobtrusive studies of Black and White discrimination and prejudice: A literature review. *Psychological Bulletin*, 87(3), 546-563. Doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.87.3.546>
- Dijker, A. J. M. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17(3), 305-325. Doi: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420170306>.
- Dovidio, J. F., Mann, J. & Gaertner, J. L. (1989). “Resistance to Affirmative Action: The implications of aversive racism”. In: Blanchard F. and Crosby, F. (Eds) *Affirmative Action in Perspective*. New York: USA.

- Ferreira, A. S. S., Leite, E. L., Sousa, A. W. L., Estramiana, J. L. A., & Torres, A. R. R. (2017). Repertórios interpretativos acerca do preconceito racial no futebol. *Estudos de Psicologia*, 22(3), 338-348. doi: <http://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20170034>.
- Ferreira, A. S. S., Leite, L. E., Muniz, A. S., Batista, J. R. M., Torres, A. R. R., & Estramiana, J. L. A. (2017). Insult or prejudice: a study on the racial prejudice expression in football. *Psico*, 48 (2), 81-88. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.2.25170>.
- Freyre, G. *Casa-grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt Ltda.
- Gaertner, S.L., & Dovidio, J.F. (1986). The aversive form of racism. In J.F. Dovidio, & S.L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research* (pp. 61-89). Orlando, FL: Academic Press.
- Gaertner, S.L., & Dovidio, J.F. (2005). Understanding and Addressing Contemporary Racism: From Aversive Racism to the Common Ingroup Identity Model. *Journal of Social Issues*. 61 (3) 615-639. DOI: [10.1111/j.1540-4560.2005.00424.x](https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2005.00424.x)
- Gaertner, L. & Insko, C. A. (2001). On the measurement of social orientations in the minimal group paradigm: Norms as moderators of the expression of intergroup bias. *European Journal of Social Psychology*. 31(2) 143 – 154. DOI: [10.1002/ejsp.28](https://doi.org/10.1002/ejsp.28).
- Glewwe, P., & Kassouf, A. L. (2012) "The Impact Of The Bolsa Escola/Familia Conditional Cash Transfer Program On Enrollment, Dropout Rates And Grade Promotion In Brazil." *Journal of Development Economics* 97 (2) 505-517.
- Guimarães, A. S. A. (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, 47(1). doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 53-84). New York: Academic Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). Indicadores da desigualdade étnica e racial no Brasil: Observatório da Justiça. Minas Gerais: SINJUS. Recuperado de http://sinjus.org.br/site/wp-content/uploads/indicadores-desigualdade_etnica_ok-1.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). Recuperado de <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/12/05/brancos-pretos-pardos-renda-salario-ibge.htm>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2011). Retratos das desigualdades de gênero e raça. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>
- Katz, I., & Hass, R.G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(6), 893-905. doi: [10.1037/0022-3514.55.6.893](https://doi.org/10.1037/0022-3514.55.6.893).
- Kinder, D.R., & Sears, D.O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(3), 414-431. doi: [10.1037/0022-3514.40.3.414](https://doi.org/10.1037/0022-3514.40.3.414).

- Lignani, J. B., Sichieri, R., Burlandy, L., & Salles-Costa, R. (2010). Changes in food consumption among the Programa Bolsa Família participant families in Brazil. *Public Health Nutrition*, 14 (5), 785-792. Doi: <https://doi.org/10.1017/S136898001000279>.
- Lima, M. E. (2002). *Normas sociais e racismo: efeitos do individualismo meriocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa. Lisboa: PT.
- Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2005). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000200018>.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudo de Psicologia*, 9 (3), 401-411. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>.
- Lima, T. J. S. (2016). *O papel de representações sobre raça e classe social no preconceito e discriminação*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa: PB.
- Lima Nunes, A. V., Lins, S. L. B., Camino, L., & Torres, A. R. R. (2010). Social insertion and racial prejudice: distance from black people and socio-political variables. *Portuguese Journal of Social Science*, 9(1), 3-17. doi: 10.1386/pjss.9.1.3_1.
- Martins, A. P. B., e Monteiro, C. A. (2016). "Impact Of The Bolsa Família Program On Food Availability Of Low--Income Brazilian Families: A Quasi Experimental Study." *Bmc Public Health* 16 (1) 827.
- McConahay, J.B., & Hough, J.C. Jr. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32(2), 23-45. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1976.tb02493.x>.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B. & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25(4), 563-579.
- Meertens, R. W. & Pettigrew, T. F. (1997). Is subtle prejudice really prejudice? 61 (1), 54-71. *Public Opinion Quartely*. Doi: 10.1086/297786
- Ministério de Desenvolvimento Social. (2018). Recuperado de <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/abril/mds-repassa-r-2-4-bilhoes-aos-beneficiarios-do-bolsa-familia-em-abril>.
- Nunes, S. S. (2010). *Racismo contra negros: um estudo sobre preconceito sutil*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, USP. São Paulo: BR.
- Organização das Nações Unidas (2018) Recuperado de <https://nacoesunidas.org/negros-tem-maior-incidencia-de-problemas-de-saude-evitaveis-no-brasil-alerta-onu/>
- Paim, A. S., & Pereira, M. E. (2011). Aparência física, estereótipos e discriminação racial. *Ciências & Cognição*, 16(1), 001-018.

- Pedersen, A., & Walker, I.A. (1997). Prejudice against Australian aborigines: old fashioned and modern forms. *European Journal of Social Psychology*, 27(5), 561-587. doi: 10.1002/(SICI)1099-0992(199709/10)27:5<561::AID-EJSP833>3.0.CO;2-3.
- Pereira, M. E., Álvaro, L., Oliveira, A. C., & Dantas, G. S. (2011). Estereótipos e essencialização de brancos e negros: usilvam estudo comparativo. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 144-153.
- Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios. (2017). Indicadores da desigualdade étnica e racial no Brasil: Observatório da Justiça. Minas Gerais: SINJUS. Recuperado de http://sinjus.org.br/site/wp-content/uploads/indicadores-desigualdade_etnica_ok-1.pdf
- Pettigrew, T. F. (1958). Personality and sociocultural factors in intergroup attitudes: a cross-national comparison. *Journal of Conflict Resolution*. 2 (1) 29-42 <https://doi.org/10.1177/002200275800200104>.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25(1), 57-75. doi: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420250106>.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (2001). In defense of the subtle prejudice concept: a retort. *European Journal of Social Psychology*. 31, 299-309. Doi: 10.1002/cjps.45
- Rasella, D., Aquino, R., Santos, C. A. T., Paes-Sousa, R., Barreto, M. L. (2013). Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. *Lancet* . 382 (9886) 57-64. DOI:10.1016/S0140-6736(13)60715-1
- Rokeach, M. (1960). *The Open and Closed Mind*. Basic Books. New York: U.S.A.
- Silva, K. C., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. A., Luque, A. G., & Linhares, L. V. (in prelo). Racial discrimination and belief in a just world: Police violence against teenagers in Brazil. *Journal of Experimental Social Psychology*, 2017.
- Shei, A., Costa, F., Reis, M. G., & Ko, A. I. (2014). The impact of Brazil's Bolsa Família conditional cash transfer program on children's health care utilization and health outcomes. *BMC International Health & Human Rights*. 14 (10). Doi: doi:10.1186/1472-698X-14-10.
- Sherif, M. (1967). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Soares, F. V. (2010). Para onde caminham os programas de transferência condicionada? As experiências comparadas do Brasil, México, Chile e Uruguai. In J. A. Castro, & J. Modesto (Orgs.), *Bolsa-Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149-178. doi: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420010202>.

- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Monterey, Ca: Brooks/Cole.
- Techio, E. M., Ferreira, A. S. S., Viana, H. A., & Torres, A. R. R. (2019). Racial quotas: a study about university students and non-universitys social representations. *Actualidades en psicología*, 33, 33.
- Telles, E. (2002). Racial ambiguity among the Brazilian population. *Ethnic and Racial Studies*, 25(3), 415-441. doi:10.1080/01419870252932133.
- Telles, E. (2004). O significado da raça na sociedade brasileira. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Torres, A. R. R., Linhares, L. V. & Freitas, H. R. (in prelo). Cotas raciais versus cotas sociais: desvelando o preconceito racial ligado às políticas afirmativas.
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.

ESTUDO 1 - ADAPTAÇÃO DA ESCALA DE PRECONCEITO RACIAL SUTIL (EPRS)

O Estudo 1 objetivou adaptar um instrumento para mensurar o preconceito racial no Brasil a partir da Teoria do Preconceito Flagrante e Sutil (Pettigrew & Meertens, 1995).

Método

Participantes

Participaram desse estudo 224 estudantes universitários, com faixa etária entre 18 e 58 anos ($M = 22,25$; $DP = 6,58$), sendo a maioria homens (50,9%) e de renda familiar de até quatro salários mínimos (32,6%) e até dois salários mínimos (32,1%). Os participantes foram selecionados através de uma amostragem não-probabilística por conveniência.

Instrumentos

O questionário utilizado foi composto por duas seções, descritas a seguir:

- *Tradução dos itens (EPRS)*

A tradução dos itens para o português (Tabela 2) foi feita por dois psicólogos sociais bilíngues com vivência na Inglaterra. Após a tradução foram excluídos três itens, sendo um item do fator defesa dos valores tradicionais (Os negros não devem se inserir onde não são desejados) e dois itens do fator acentuação das diferenças culturais (Comparados com os brancos, os negros são muito diferentes nos valores e comportamentos religiosos; Comparados com os brancos, os negros são muito diferentes na sua linguagem).

Esses itens foram excluídos com a finalidade de ajustar a medida ao contexto brasileiro, pois existe uma forte ideologia compartilhada de que o Brasil é um país sem preconceitos, desconhecendo discriminação de raça e de religião (Chauí, 2000), bem como a crença compartilhada de que o Brasil é um país miscigenado e não possui raça pura que separe negros de brancos (Filho, 2005).

A tradução dos itens do Fator 2, acentuação das diferenças culturais, foi embasada pela Escala de Preconceito Racial adaptada por Lima (2002), que utilizou como medida do preconceito os itens do segundo fator da Escala de Preconceito Sutil (Pettigrew & Meertens, 1995).

Os itens do terceiro fator, negação de emoções positivas frente aos membros do exogrupo, foram adaptados para se referirem as emoções frente ao movimento negro. Essa adaptação foi feita, pois no Brasil impera uma visão negativa dos movimentos sociais (Gonçalves, 2008; Silva, 2015).

Por fim, foram acrescentados dois itens da Escala de Racismo Simbólico (Kinder & Sears, 1981, adaptada por Rivera & Camino, 2009), por considerar que no Brasil existe a percepção de que a população negra recebe mais do que merece e viola valores tradicionais do individualismo, disciplina e sucesso pessoal dos brancos (Rivera & Camino, 2009; Lima, Neves & Silva, 2014): “Os negros têm recebido mais do que merecem”; “O movimento negro tem exigido direitos excessivos e exclusivos para essa população”.

Após a tradução, os itens foram submetidos à análise de juízes e apresentados a dois psicólogos sociais pesquisadores da área do Preconceito Racial, objetivando permitir a compreensão dos itens e a pertinência dos mesmos ao construto medido. Posteriormente, os itens foram apresentados a uma amostra piloto de vinte estudantes do primeiro período do curso de Nutrição, que verificaram que os itens estavam compreensíveis.

Tabela 1
Itens da Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS)

Item	Descrição do Conteúdo
01	Os negros podem superar o preconceito sem o apoio do governo.
02	Se os negros se esforçassem mais não necessitariam da ajuda do governo.
03	As famílias negras transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos necessários para ser bem-sucedido na sociedade brasileira.
04	Os negros têm recebido mais do que merecem.
05	O movimento negro tem exigido direitos excessivos e exclusivos para essa população.
06	Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores que ensinam aos filhos.
07	Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores e comportamentos sexuais.
08	Com que frequência você sente simpatia pelo movimento negro?
09	Com que frequência você sente admiração pelo movimento negro?

- *Questionário sócio-demográfico*

Buscou-se conhecer o perfil socioeconômico da amostra, foi solicitado aos participantes que respondessem essencialmente sobre sua idade, sexo e renda familiar.

Procedimentos de Coleta de Dados

Os questionários foram aplicados individualmente e em salas de aula, após o consentimento dos professores e dos alunos para a realização da pesquisa. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UFPB, sob o número do parecer 2.514.841, como preconiza a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a realização de pesquisas com seres humanos.

Análise dos dados

Os dados foram analisados com o pacote estatístico SPSS – versão 21.0. Foi verificada a adequacidade da análise fatorial, por meio de dois indicadores: o KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) e o Teste de esfericidade de *Bartlett*. Para a validade fatorial, procedeu-se a Análise Fatorial Exploratória, sem especificar o número de fatores a extrair, utilizando o método dos componentes principais. Para a verificação da confiabilidade da escala foi realizado o cálculo da consistência interna da escala, utilizando o índice do *Alfa de Cronbach* (Hair, Black, Anderson, & Tathan, 2006). As informações do questionário sociodemográfico foram submetidas a análises descritivas.

Resultados

Validade Fatorial da Escala de Preconceito Racial Sutil(EPS)

Primeiramente foi analisada a adequação da análise fatorial, considerando dois indicadores: o KMO = 0,76 e o Teste de esfericidade de *Bartlett* $\chi^2 (36) = 751,415$; $p < 0,001$. Para a validade fatorial, utilizou-se a Análise Fatorial Exploratória, efetuando-se uma análise de Componentes Principais e estabelecendo a rotação *varimax*. Para extração dos fatores foram adotados dois critérios: 1 - Critério de Kaiser (valor próprio maior do que 1); 2 – Critério de Cattel (distribuição gráfica dos valores próprios, *scree plot*). Com base no critério de Kaiser, foram extraídos três fatores, que apresentaram valores próprios (*eigenvalue*) iguais a 3,56, 1,70 e 1,17, explicando 71,55% da variância total. A solução de três fatores também foi confirmada pelo *critério de Cattel*. Todos os itens saturaram satisfatoriamente, isto é, superior a 0,40.

Para verificar a confiabilidade dessa escala foi realizado o cálculo do coeficiente de *Alfa de Cronbach*, que apresentou para o Fator 1 (Negação da Discriminação): $\alpha = 0,79$; para o Fator 2 (Acentuação das Diferenças Intergrupais): $\alpha = 0,78$; e para o Fator 3 (Negação de emoções positivas frente ao movimento negro): $\alpha = 0,84$.

Tabela 2

Estrutura Fatorial da Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS)

Item	Descrição do Conteúdo	Fator 1	Fator 2	Fator 3	h^2
01	Os negros podem superar o preconceito sem o apoio do governo.	0,78			0,62
02	Se os negros se esforçassem mais não necessitariam da ajuda do governo.	0,82			0,72
04	Os negros têm recebido mais do que merecem.	0,68			0,54
05	O movimento negro tem exigido direitos excessivos e exclusivos para essa população.	0,75			0,63
03	As famílias negras transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos necessários para ser bem-sucedido na sociedade brasileira.		0,73		0,66
06	Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores que ensinam aos filhos.		0,88		0,79
07	Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores e comportamentos sexuais.		0,84		0,75
08	Com que frequência você sente simpatia pelo movimento negro?			0,90	0,86
09	Com que frequência você sente admiração pelo movimento negro?			0,87	0,84
Valor Próprio			3,61	1,69	1,15
Variância Explicada (%)			49,55	18,90	13,09
Alfa de Cronbach			0,79	0,78	0,84

Notas: h^2 = comunalidade.

Os procedimentos de análise fatorial e de confiabilidade deram origem a uma versão preliminar da escala composta por nove itens (Tabela 2). O primeiro fator, Negação da discriminação, ficou composto pelos itens 1, 2, 4 e 5 e foca na negação da discriminação racial no Brasil, portanto, os negros precisariam se esforçar mais para alcançar seus objetivos,

sem precisar das políticas públicas do Estado. O segundo fator, Acentuação das Diferenças intergrupais, composto pelos itens 3, 5 e 6, foca nas diferenças culturais e comportamentais entre negros e brancos. O terceiro fator, Negação de emoções positivas frente ao movimento negro, ficou composto pelos itens 8 e 9 e representam a negação da expressão de emoções positivas frente ao movimento negro.

Referências

- Chaui, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Filho, P. O. (2005). Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. *Estudos de Psicologia*, 10 (2), 247-253. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200012> .
- Gonçalves, E. R. L. (2008). *Mídia e Movimentos Sociais: a representação do MST na revista ISTOÉ* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia - UFBA, BA, Brasil.
- Lima, M. E. (2002). *Normas sociais e racismo: efeitos do individualismo meriocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa. Lisboa: PT.
- Lima, M. E.; Neves, P. S. C. & Silva, P. B. (2014). A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. *Revista Brasileira de Educação*, 19 (56), 141-163. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782014000100008>.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25(1), 57-75. doi: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420250106>.
- Kinder, D.R., & Sears, D.O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(3), 414-431. doi: 0.1037/0022-3514.40.3.414.
- Rivera, G. A., & Camino, L. (2009). *As novas formas de racismo e os valores sociais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, JP, Paraíba.
- Silva, I. G. (2015). Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013. *Revista de Políticas Públicas*, 19(2), 393-402. doi: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v19n2p393-402>.

ESTUDO 2 - EVIDÊNCIAS PSICOMÉTRICAS DA ESCALA DE PRECONCEITO RACIAL SUTIL (EPRS)

Os objetivos deste estudo foram: a) confirmar a estrutura fatorial da Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS); b) verificar a estabilidade da consistência interna da Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS); c) verificar a validade convergente da Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS).

Método

Participantes

Participaram desse estudo 231 estudantes universitários, com faixa etária entre 18 e 63 anos ($M = 21,57$; $DP = 6,74$), sendo a maioria homens (52,4%) e de renda familiar de até dois salários mínimos (35,5%). Os participantes foram selecionados através de uma amostragem não-probabilística por conveniência.

Procedimentos

Os questionários foram aplicados individualmente e em salas de aula, após o consentimento dos professores e dos alunos para a realização da pesquisa. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UFPB, sob o número do parecer 2.514.841, como preconiza a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a realização de pesquisas com seres humanos.

Instrumentos

O instrumento utilizado foi composto por três seções, descritas a seguir:

- *Escala de Preconceito Racial Sutil adaptada no Estudo 1 (EPRS)*

A adaptação desta escala foi descrita no Estudo 1, composta por nove itens mensurados numa escala tipo Likert que variava entre 1 e 5 pontos (1= discordo muito e 5= concordo muito). Os participantes respondiam itens como “O movimento negro tem exigido direitos excessivos e exclusivos para essa população.” ou “Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores que ensinam aos filhos”, de modo que altos escores indicam alto preconceito racial.

- *Escala de Racismo Moderno (McConahay, Hardee & Batts, 1981), validada para o contexto brasileiro por Santos, Gouveia, Navas, Pimentel e Gusmão (2006) (ERM).*

Esta versão ficou composta por 14 itens respondidos numa escala tipo Likert de cinco pontos, sendo 1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente. Os participantes respondiam itens como “Eles não necessitam de ajuda, apenas devem se esforçar” ou “Possuem uma beleza diferente”, de modo que altos escores indicam alto preconceito racial. Verificou-se um bom índice de consistência interna $\alpha = 0,71$ para o Fator 1 (Negação do preconceito) e $\alpha = 0,74$ para o Fator 2 (Afirmção de diferenças), cujos valores próprios foram, respectivamente, 2,95 e 2,56, tendo explicado 17,36% e 15,08% da variância total.

- *Dados sociodemográficos*

Com o objetivo de conhecer o perfil socioeconômico da amostra, foi solicitado aos participantes que respondessem essencialmente sobre sua idade, sexo e renda familiar.

Análise dos dados

Para confirmação da estrutura fatorial da EPRS (Estudo 1), os dados foram analisados no programa IBM SPSS AMOS (versão 21). Para isto, utilizaram-se os seguintes índices de referência para avaliar a qualidade do ajuste ao modelo: Razão da Estatística do Qui-quadrado pelos graus de liberdade (χ^2/gl) inferior a 3,0, Goodness of Fit Index (GFI), Comparative Fit Index (CFI) e Tucker-Lewis Index (TLI) superiores a 0,9 e Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) inferior a 0,05, com limite superior do intervalo de confiança a 90% inferior a 0,10 (Marôco, 2010).

Posteriormente, verificou-se a estabilidade da consistência interna da Escala de Preconceito Sutil (EPS), bem como a análise da validade convergente, buscando verificar se existe relação positiva entre a escala construída e outra escala que mede o mesmo construto, para isto, foi realizado um teste de correlação de Pearson no SPSS (versão 21).

Resultados

Os resultados da análise fatorial confirmatória revelaram um bom ajuste ao modelo de três fatores: $\chi^2/\text{gl} = 2,79$; GFI = 0,94; CFI = 0,94; TLI = 0,91; RMSEA = 0,08 (IC de 90%). Assim, os indicadores de qualidade de ajuste do modelo podem ser considerados satisfatórios, confirmando o modelo de três fatores encontrado no Estudo 1.

Neste segundo estudo também se verificou que a estrutura de três fatores explicou conjuntamente 69,33% da variância total e apresentou estabilidade da consistência interna (α de Cronbach) para o Fator 1 (Negação da Discriminação) $\alpha = 0,78$; para o Fator 2 (Acentuação das Diferenças Intergrupais) $\alpha = 0,69$ e para o Fator 3 (Negação de emoções positivas frente ao Movimento Negro) $\alpha = 0,88$.

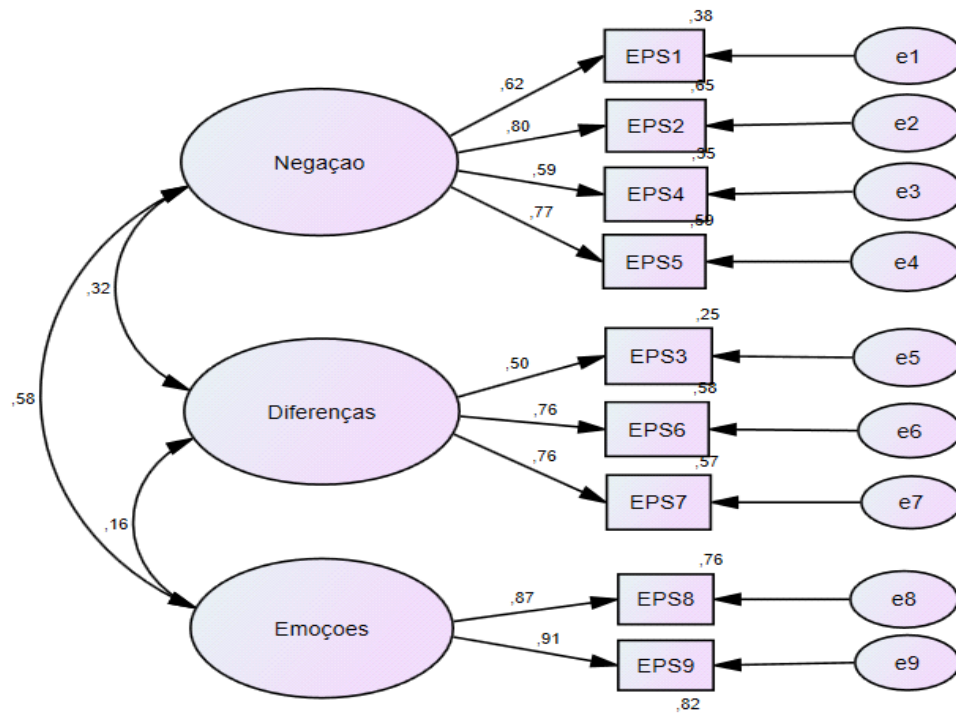


Figura1. Análise Fatorial Confirmatória da EPRS.

No que concerne à Validade Convergente, a matriz de correlação de Pearson (Tabela 3) indicou relacionamentos positivos entre a Escala de Preconceito Sutil (EPS) e a Escala de Racismo Moderno (ERM) adaptada para o contexto brasileiro por Santos et al. (2006). Os fatores de correlação mais fortes tratam-se da Negação da Discriminação (EPS) e Negação do Preconceito (ERM), $r = 0,75$; $p < 0,01$. Os outros fatores apresentaram correlações moderadas: Acentuação das Diferenças Intergrupais (EPS) e Afirmação de Diferenças (ERM) apresentaram correlação moderada, $r = 0,40$; $p < 0,01$, bem como os fatores Negação de emoções positivas frente ao movimento negro (EPS) e Negação do Preconceito (ERM) $r = 0,41$; $p < 0,01$.

Embora os fatores restantes apresentem correlações fracas, estas correlações também foram significativas: Acentuação das Diferenças Intergrupais (EPS) e Negação do Preconceito (ERM), $r = 0,35$; $p < 0,01$; Emoções frente ao movimento negro (EPS) e Afirmação das Diferenças (ERM) $r = 0,23$; $p < 0,01$.

Tabela 3

Correlação entre a Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS) e Escala de Preconceito Moderno (EPM).

	Negação do Preconceito	Afirmação de Diferenças
Negação da Discriminação	0,75**	0,30**
Acentuação das Diferenças Intergrupais	0,35**	0,40**
Negação de emoções positivas frente ao movimento negro	0,41**	0,23**
** p<0,01		

Discussão

Em conjunto, os dois estudos aqui apresentados buscaram apresentar evidências de validade de construto (Análise Fatorial, Análise Convergente e Análise da Consistência Interna). A seguir, serão discutidos os principais resultados desses estudo.

A escala apresentou uma estrutura de três fatores, o que corrobora os marcos teóricos da Escala de Preconceito Sutil (Pettigrew & Meertens, 1995). A partir da análise fatorial confirmatória ficou mais evidente a dimensão de três fatores desta escala, mostrando a qualidade do ajuste do modelo através dos índices satisfatórios conforme indicados pela literatura (Maroco, 2010).

Os índices de consistência interna (*Alfa de Cronbach*) dos três fatores estão de acordo com os critérios de aceitabilidade da literatura ($\alpha > 0,70$). No Estudo 1, $\alpha = 0,79$ para o Fator 1; $\alpha = 0,78$ para o Fator 2 e $\alpha = 0,85$ para o Fator 3. A partir do Estudo 2 verificou-se a estabilidade da consistência interna, $\alpha = 0,78$ para o Fator 1; $\alpha = 0,69$ para o Fator 2 e $\alpha = 0,88$ para o Fator 3.

O resultado da análise de validade convergente também foi significativo, pois apresentou correlações significativas na mesma direção da Escala de Racismo Moderno validada no Brasil, chegando a uma alta correlação ($r = 0,75$) entre os fatores Negação da Discriminação (EPS) e Negação do Preconceito (ERM).

Considera-se, assim, que os objetivos foram alcançados e esse instrumento pode ser adequadamente empregado no contexto brasileiro, sendo uma boa opção de mensuração do Preconceito Racial e que pode contribuir com o avanço dos estudos no campo da Psicologia Social.

Referências

- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25(1), 57-75. doi: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420250106>.
- Maroco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações*. Portugal: Report Number.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B. & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25(4), 563-579.
- Santos, W. S., Gouveia, V.V., Navas M. S., Pimentel C. E., & Gusmão, E. E. S. Escala de Racismo Moderno: adaptação ao contexto brasileiro. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 637-645.

ESTUDO 3 - O PAPEL MEDIADOR DO PRECONCEITO RACIAL NA RELAÇÃO ENTRE A COR DA PELE DA FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O NÍVEL DE APOIO A ESSE PROGRAMA

Este estudo analisou, especificamente, o papel mediador do preconceito racial na relação entre a cor da pele da família beneficiária do Programa Bolsa Família e o nível de apoio a esse programa.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 228 estudantes universitários, sendo a maioria do sexo feminino (51.8%), com as idades dos participantes variando entre 17 e 45 anos ($M = 20.6$ e $DP = 5.01$). A maioria dos participantes autodeclararam a renda familiar entre 4 e 10 salários mínimos (36,8%). Os participantes foram alocados randomicamente a uma de três condições experimentais (cor da pele: imagem de família branca, imagem de família negra ou sem imagem).

Os critérios de inclusão foram: a) concordar em participar da pesquisa; b) ser estudante universitário. Os critérios de exclusão foram: a) ser ou ter sido beneficiário do Programa Bolsa Família; b) não validar a manipulação experimental (validation check) corretamente de acordo com a cor da pele da família apresentada no questionário.

Procedimentos

Os questionários foram aplicados individualmente e em salas de aula, após o consentimento dos professores e dos alunos para a realização da pesquisa. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UFPB, sob o número do parecer 2.514.841, como preconiza a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a realização de pesquisas com seres humanos.

Instrumento

O questionário utilizado foi composto por cinco seções, descritas a seguir:

- *Variável Independente: Cor da Pele*

Inicialmente foi apresentada aos participantes a imagem de uma mulher com a filha, beneficiárias do Bolsa Família, sendo que a cor da pele delas variava de acordo com a condição experimental (imagem da família branca, imagem da família negra ou sem imagem).

- *Variável Dependente: Apoio ao Programa Bolsa Família (PBF)*

Nesta sessão foi apresentada aos participantes a seguinte pergunta aberta: “Tendo em mente o que você sabe sobre o Programa Bolsa Família, em que medida você concorda com ele?”. Em seguida, era solicitado aos participantes o posicionamento deles numa escala tipo Likert que variava de 1 a 10 pontos (1= discordo muito e 10= concordo muito), posteriormente pedia-se que os participantes justificassem o posicionamento deles.

- *Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS)*

Essa escala busca medir a expressão do preconceito racial sutil no contexto brasileiro, cuja adaptação e evidências psicométricas foram apresentadas nos Estudos 1 e 2.

- *Verificação da Manipulação (Validation Check)*

Para avaliar a efetividade da manipulação, era perguntado aos participantes no final do estudo, qual a cor da pele da família beneficiária do Programa Bolsa Família apresentada no tipo de condição experimental (branca ou negra).

- *Dados Sociodemográficos*

Procurou-se conhecer um pouco mais sobre os participantes do estudo, perguntando-lhes essencialmente sua idade, sexo e renda familiar.

Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio dos *softwares* SPSS-20 e AMOS-18, seguindo os passos propostos por Baron e Kenny (1986). Existem quatro condições necessárias para a ocorrência da mediação: 1- a variável preditora afeta significativamente a variável mediadora; 2- a variável preditora afeta significativamente a variável dependente (VD) na ausência da variável mediadora; 3- a variável mediadora tem efeito significativo único sobre a VD, quando a variável preditora é controlada; e 4- o efeito da variável preditora sobre a VD enfraquece ou desaparece na presença da variável mediadora.

Para as análises de mediação, a variável condição foi decodificada em variáveis *dummy* para comparar os efeitos das condições branco e negro em relação à condição controle. O cálculo do Intervalo de Confiança foi utilizado para verificar os efeitos indiretos do mediador, por meio da técnica *bootstrapped* (Preacher & Hayes, 2008).

Os dados com as justificativas dos participantes frente ao Programa Bolsa Família foram organizados em um corpus único e analisados com o auxílio do *software Iramuteq - Interface de R pour l'ès Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Ratinaud, 2009). Foram realizadas as seguintes análises: Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Nuvem de Palavras. A CHD é caracterizada como uma análise de *cluster* em que os segmentos de texto, após sucessivas divisões, são agrupados em classes homogêneas (Oliveira, Ens Andrade & Muss, 2003). Nesta direção, a AFC permite visualizar, sob a forma de um plano fatorial, as oposições resultantes da CHD (Mendes, Zangão, Gemito & Serra, 2016). Por fim, a Nuvem de Palavras trabalha com a representação gráfica em função da frequência das palavras.

Resultados

Análises de Mediação

Primeiramente foram realizadas análises de regressão (Tabelas 4), método *Enter*, para satisfazer as condições subjacentes à análise de mediação (Baron & Kenny, 1986).

Tabela 4

Parâmetros estimados para o modelo de mediação

Variáveis	Critério	Passo 1 PBF	Passo 2 Preconceito Sutil	Passo 3 PBF
		<i>b</i>	<i>b</i>	<i>B</i>
Intercepto		6,640***	1,870***	7,874***
Condição Negro		-1,877***	0,309**	-1,674***
Preconceito Sutil		-	-	-0,660***
	<i>R</i> = 0,386	<i>R</i> = 0,165	<i>R</i> = 0,459	
	<i>R</i> ² <i>adjusted</i> = 0,145	<i>R</i> ² <i>adjusted</i> = 0,023	<i>R</i> ² <i>adjusted</i> = 0,204	
	<i>F</i> (1,239) = 41,772	<i>F</i> (1,239) = 6,722	<i>F</i> (2,238) = 31,835	
	<i>p</i> < 0,001	<i>p</i> < 0,01	<i>p</i> < 0,001	

Nota: **p*<0,05; ***p*<0,01; ****p*<0,001.

Os resultados demonstraram que a condição negro prediz de forma significativa o apoio ao PBF, satisfazendo a condição 1 para a hipótese de mediação. A condição negro prediz o preconceito racial significativamente, satisfazendo a condição 2 para a hipótese de mediação. E o preconceito racial prediz de forma significativa o apoio ao PBF, controlando o efeito da condição negro, satisfazendo as hipóteses 3 e 4 para o cálculo de mediação. Para verificar se o preconceito, neste modelo, funciona como mediador da relação entre a condição negro e o apoio ao PBF foi executada uma análise de regressão por meio do *software* AMOS 18. Os efeitos indiretos que indicam se a hipótese de mediação foi satisfeita foram calculados por meio da técnica *bootstrapped* com 5000 reamostragens e Intervalos de Confiança ao nível de $p < .05$.

Os resultados demonstraram que o modelo proposto explicou 21% da variabilidade do apoio ao Programa Bolsa Família. Pode-se verificar que a relação entre a condição negro e o preconceito é positiva, ao passo que a relação entre o preconceito e o apoio ao PBF é negativa, assim como a relação entre a condição negro e o apoio ao PBF. Todas as trajetórias são estatisticamente significativas. A condição negro apresentou um efeito total de -1,877 sobre o apoio ao PBF, com efeito direto de -1,674 e efeito indireto, mediado pelo Preconceito Racial, de -0,204. De acordo com a técnica de reamostragem *bootstrapped*, o efeito indireto ($c' = -0,204$) foi significativo ao nível 95%, com IC variando entre -0,452 e -0,055, $p < 0,005$. Deste modo, verificamos que a relação entre a condição negro e o apoio ao PBF foi mediada parcialmente pelo preconceito racial. A Figura 2 apresenta o modelo com as estimativas estandardizadas dos coeficientes de regressão e o R^2 do PBF.

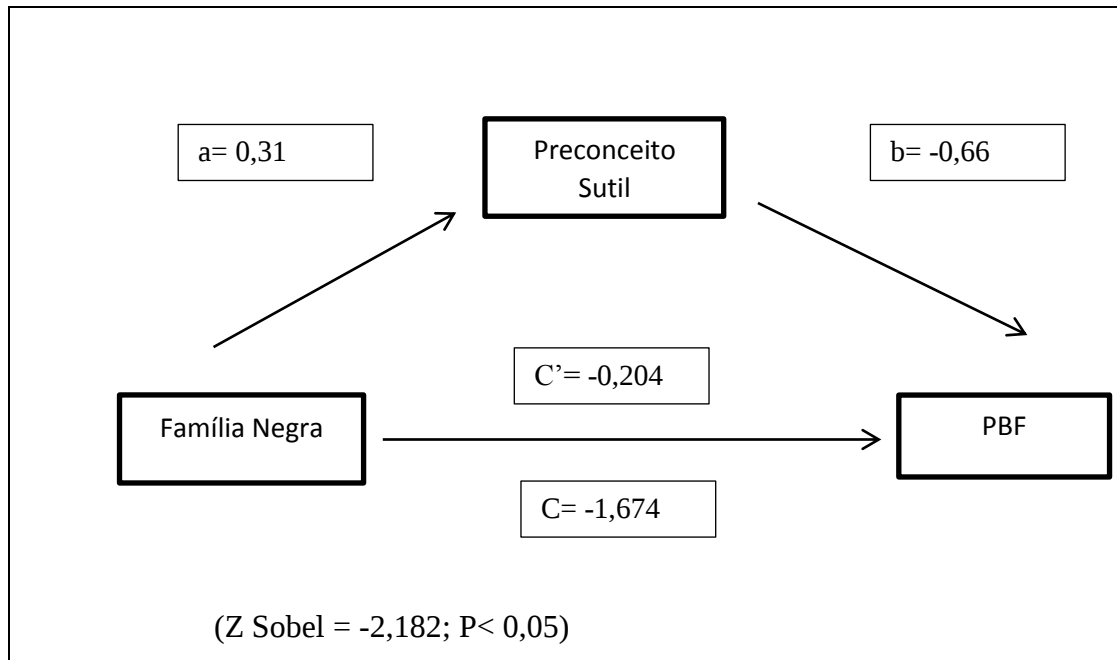


Figura 2. Análise da mediação da cor da família (negra) como preditora, o preconceito sutil como mediador e o apoio ao PBF como variável dependente.

Da mesma forma, para verificar se o preconceito racial medeia a relação entre a condição branco e o apoio ao PBF foram realizadas análises de regressão (Tabela 5), método *Enter*, para satisfazer as condições subjacentes à análise de mediação.

Tabela 5

Parâmetros estimados para o modelo de mediação

Variáveis	Critério			
		<i>Passo 1</i>	<i>Passo 2</i>	<i>Passo 3</i>
		PBF	Preconceito Sutil	PBF
		<i>B</i>	<i>B</i>	<i>b</i>
Intercepto		5,006***	2,061***	6,216***
Condição Branco		3,044***	0,267*	2,887***
Preconceito Sutil		-	-	-0,587***
		$R = 0,625$	$R = 0,143$	$R = 0,664$
		$R^2_{adjusted} = 0,389$	$R^2_{adjusted} = 0,016$	$R^2_{adjusted} = 0,436$
		$F(1,239) = 153,528$	$F(1,239) = 4,991$	$F(2,238) = 93,786$
		$p < 0,001$	$p < 0,05$	$p < 0,001$

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Os resultados demonstraram que a condição branco prediz de forma significativa o apoio ao PBF, satisfazendo a condição 1 para a hipótese de mediação. A condição branca prediz o preconceito racial significativamente, satisfazendo a condição 2 para a hipótese de mediação. E o preconceito racial prediz de forma significativa o apoio ao PBF, controlando o efeito da condição branco, satisfazendo as hipóteses 3 e 4 para o cálculo de mediação. Para

verificar se o preconceito racial, neste modelo, funciona como mediador da relação entre a condição branco e o apoio ao PBF foi executada uma análise de regressão por meio do *software* AMOS 18. Os efeitos indiretos que indicam se a hipótese de mediação foi satisfeita foram calculados por meio da técnica *bootstrapped* com 5000 reamostragens e Intervalos de Confiança ao nível de $p < .05$.

Os resultados demonstraram que o modelo proposto explicou 44% da variabilidade do apoio ao Programa Bolsa Família. Pode-se verificar que a relação entre a condição branco e o preconceito racial é negativa, assim como a relação entre o preconceito racial e o apoio ao PBF. Já a relação entre a condição branco e o apoio PBF é positiva. Todas as trajetórias são estatisticamente significativas. A condição branco apresentou um efeito total de 3,044 sobre o apoio ao PBF, com efeito direto de 2,887 e efeito indireto, mediado pelo preconceito racial, de 0,157. De acordo com a técnica de reamostragem *bootstrapped*, o efeito indireto ($c' = 0,157$) foi significativo ao nível 95% com IC variando entre 0,017 e 0,037, $p < 0,05$. Deste modo, verificamos que a relação entre a condição branco e o apoio ao PBF foi mediada parcialmente pelo preconceito racial. A Figura 3 apresenta o modelo com as estimativas estandardizadas dos coeficientes de regressão e o R^2 do PBF.

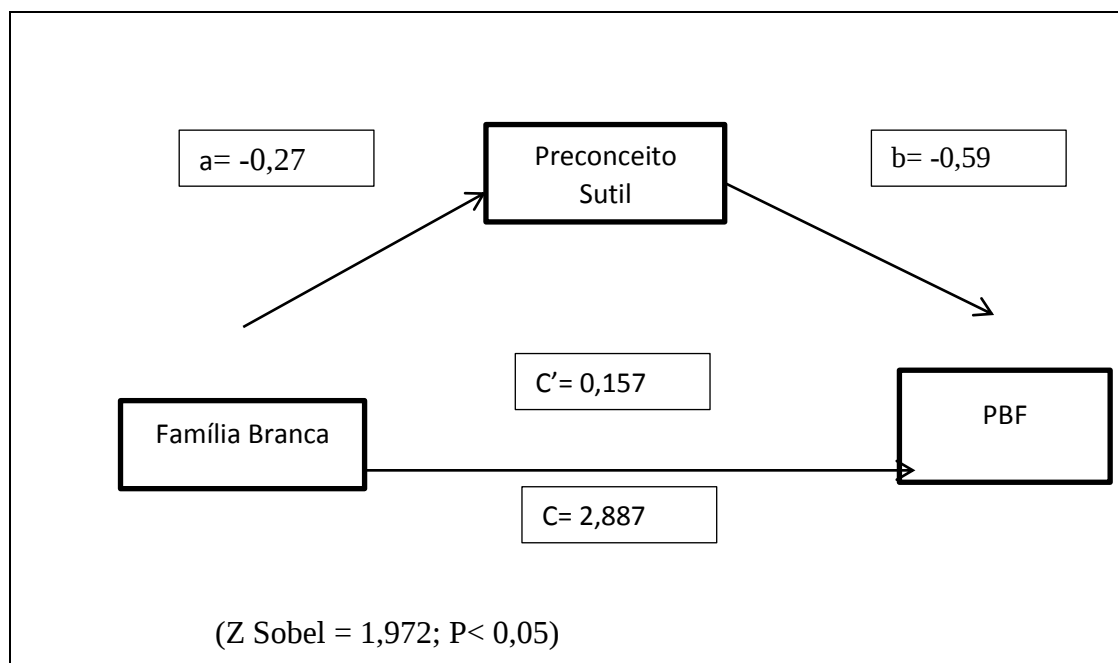


Figura 3. Análise da mediação da cor da família (branca) como preditora, o preconceito sutil como mediador e o apoio ao PBF como variável dependente.

De forma geral, pôde-se observar que as hipóteses de pesquisa 1 e 2 foram confirmadas, pois observamos que: 1) A rejeição ao PBF foi maior quando a família

beneficiária é negra em comparação com a família branca; 2) A relação entre a cor da pele e o apoio ao PBF foi mediada pelo preconceito racial.

Classificação Hierárquica Descendente

O corpus apresentou 5951 ocorrências com 1215 palavras distintas, correspondendo a 76,60% de aproveitamento do total do *corpus*. A Figura 1 apresenta a nuvem de palavras que indica as palavras de maior frequência do corpus, destacando-se as palavras família, não e programa. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) demonstrou que a partição do *corpus* de análise derivou cinco classes distintas, que se distribuíram ao longo de dois *clusters*. O primeiro *cluster* corresponde às classes 1 e 5, o segundo cluster corresponde às classe 2, 3 e 4. As classes serão descritas seguindo a ordem apresentada na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e foram nomeadas de acordo com a interpretação dos Seguintes de Texto.

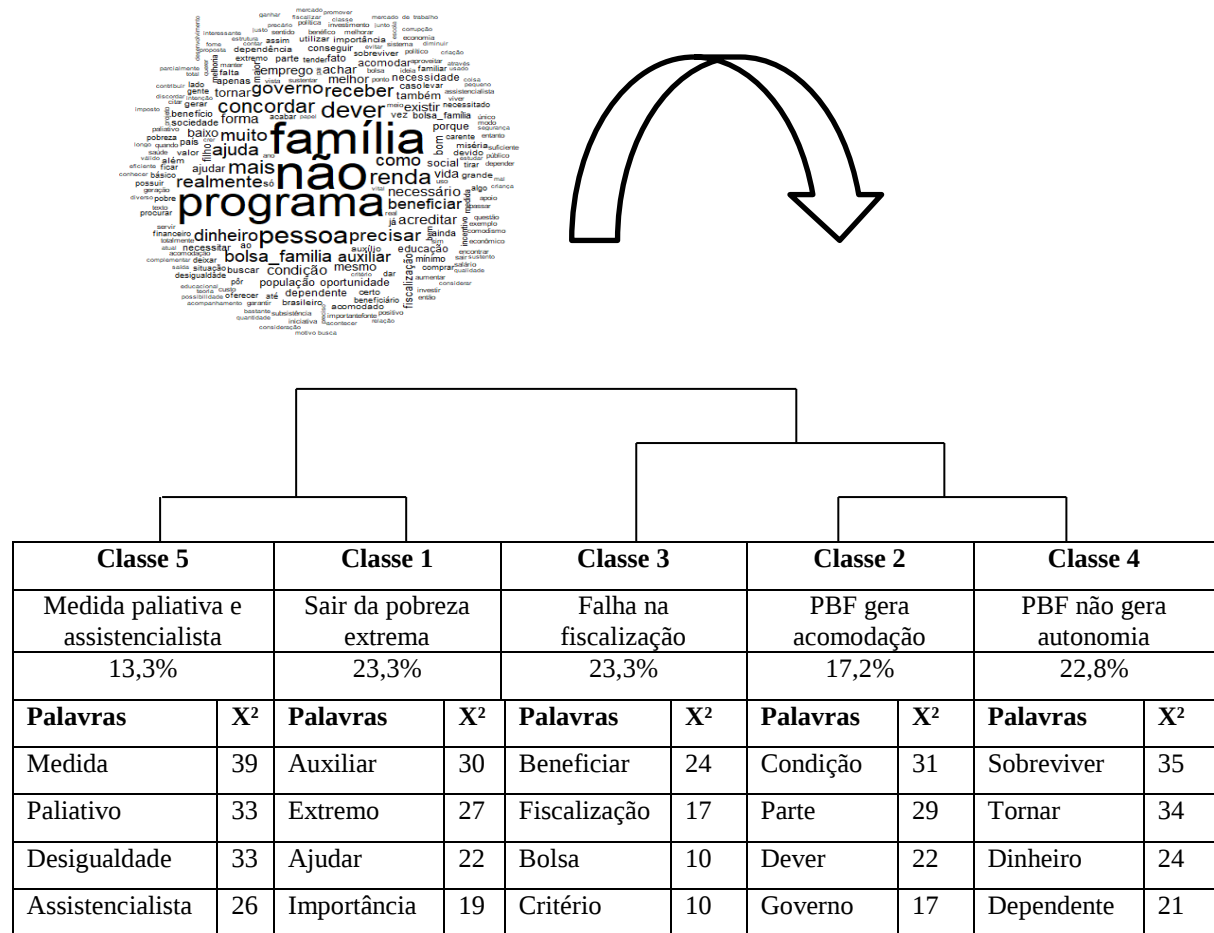


Figura 4. Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

A Classe 5, nomeada “Medida paliativa e assistencialista”, faz referência aos discursos dos participantes que percebem o Programa Bolsa Família como necessário, porém trata-se de um programa paliativo, pois não resolve o problema da desigualdade social do nosso país. De acordo com Testa, Fronza, Petrino e Prates (2013), uma parcela da mídia e da sociedade tem apresentado críticas ao programa, acusando-o de assistencialista por reforçar o ciclo vicioso da pobreza.

Exemplos dos discursos da Classe 5:

“O programa tem aspectos positivos, mas não é a melhor solução para a desigualdade social, pois os resultados são imediatos, mas não duradouros.”

“Apesar de servir à uma necessidade de melhorias para a população mais pobre pode criar uma imagem de um estado assistencialista, paternalista e populista”.

Na classe 1, denominada “Sair da pobreza extrema”, o conteúdo dos discursos expressa a importância do Programa Bolsa Família para auxiliar as famílias em situação de pobreza extrema. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013) o programa Bolsa Família foi o responsável por 28% da queda da extrema pobreza no país, pois a partir da transferência direta de renda as famílias podiam ter acesso a alimentos, medicamentos e utensílios básicos. Neste sentido, Peña, Pinheiro, Albuquerque e Fernandes (2015) analisaram a eficácia das transferências de renda em dois períodos: antes da implantação do Programa Bolsa Família e após sua implantação. Os resultados revelaram que, após a implantação do Bolsa Família, o “ciclo da pobreza” apresentou sinais de ruptura e um melhor índice de mobilidade social.

Exemplos dos discursos da Classe 1:

“Concordo, pois com este programa várias famílias brasileiras conseguiram sair da extrema pobreza”.

“Concordo com o Bolsa Família pois é um programa que evita milhares de famílias a chegarem na pobreza extrema”.

A classe 3, nomeada “Falta fiscalização”, faz referência aos discursos sobre a falha na fiscalização do Programa Bolsa Família, pois pessoas que não se encaixam no perfil

socioeconômico de famílias do programa acabam sendo beneficiadas. Esses discursos são reforçados por notícias midiáticas recorrentes de que existem graves falhas na fiscalização da execução do programa. De acordo com a auditoria feita pela Controladoria Geral da União (CGU) (2018) foram identificados indícios de inconsistência cadastral nos dados de mais de 2,5 milhões de famílias que recebiam o benefício do Programa Bolsa Família. Do total, cerca de 470 mil famílias estavam enquadradas na faixa com renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

Exemplos dos discursos da Classe 3:

“O programa de fato beneficia muitas famílias, porém existem as que não precisam e recebem. Logo deveria haver mais cautela na seleção dos beneficiados”.

“É um bom programa porém eu acho que ele poderia melhorar para beneficiar a quem realmente precisa”.

A classe 2, “PBF gera acomodação”, reflete discursos de que o Programa Bolsa Família oferece uma ajuda mínima para que as famílias beneficiárias sobrevivam, porém traz como consequência a acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho, o chamado “efeito-preguiça”. Porém, Oliveira e Soares (2012) a partir de uma revisão da literatura sobre a oferta de trabalho da população beneficiária de programas de transferência de renda condicionados, observaram que, fora grupos demográficos muito restritos, como mulheres com filhos, o desincentivo ao trabalho ou é muito pequeno ou não existe. Portanto, não foi encontrada constatação empírica que sustente a hipótese do “efeito-preguiça”.

Nesta mesma direção, Santos, Leichsenring, Filho e Mendes-Da-Silva (2017, p.729) concluíram que “as chances de os beneficiários do Programa Bolsa Família permanecerem no emprego são maiores do que para os não beneficiários do programa. Essa constatação não apenas contraria a hipótese de um efeito-preguiça vinculado à concessão do benefício, como também estabelece o efeito inverso, de que o benefício financeiro advindo do programa contribua para a manutenção do emprego”.

Exemplos dos discursos da Classe 2:

“Esse programa faz com que as famílias beneficiárias passem a depender completamente da bolsa e passa a não buscarem meios de ingresso no mercado de trabalho”.

“A iniciativa querendo tirar as famílias da miséria é muito louvável porém a acomodação que em muitos casos causa é bastante ruim”.

A classe 4, “PBF não gera autonomia”, trata-se de uma classe ambivalente pois, ao mesmo tempo, apresenta discursos sobre a importância do Programa Bolsa Família para garantir a subsistência das famílias. Por outro lado, também apresenta discursos de crítica a transferência direta de renda por não gerar autonomia financeira para as famílias beneficiárias, tornando-as dependentes do Estado.

Exemplos dos discursos da Classe 4:

“Não concordo muito pelo fato de tornar os beneficiários dependentes do governo e acomodados em relação a procurar um trabalho”.

“Em cidades pequenas na maioria das vezes as famílias se acomodam com a ajuda do governo e não buscam mudar os padrões de vida, vivendo na monotonia de ter pouco”.

Análise Fatorial de Correspondência

A partir da Análise Fatorial de Correspondência (AFC), puderam-se visualizar, sob a forma de um plano fatorial, as relações de aproximação e oposição que existem entre as classes resultantes da CHD. A AFC (Figura 5) mostra os dois eixos que organizam as classes identificadas na análise, eles compartilham dois núcleos temáticos principais: Combate imediato a pobreza x Sem efeitos a longo prazo. Assim, iniciando pelo eixo vertical, do lado superior destaca-se predominantemente as classe 1, que representa os discursos sobre a importância do Programa Bolsa Família para o combate imediato da pobreza, porém associado a isso, o Estado também precisa oferecer mais oportunidades de trabalho. Por oposição, no lado inferior destacam-se predominantemente as classes 2, 4 e 5, que remetem aos discursos de que o Programa Bolsa Família é uma medida paliativa e assistencialista que torna as pessoas acomodadas e dependentes do Estado, sem efeitos que proporcionem a autonomia das famílias a longo prazo. A Classe 3 encontra-se bem distribuída nos quatro quadrantes da AFC e representa discursos de que a fiscalização do programa é falha, pois ocorre o cadastro de famílias que não se encaixam no perfil socioeconômico do programa.

No eixo horizontal, do lado esquerdo da Figura 5, temos as classes 1, 2, 3 e 4. A Classe 1 é a classe cujos discursos são mais positivos em relação ao PBF, focando na importância do programa para tirar famílias da extrema pobreza. Enquanto as classes 2, 3 e 4 aglutinam discursos ambíguos, pois ao mesmo tempo que afirmam a importância do programa, o criticam por não gerar autonomia e apresentar falha na fiscalização do programa. Por oposição, do lado direito da Figura 5 temos a Classe 5, que compartilha a ideia de que o Programa Bolsa Família é importante, mas ao mesmo tempo, tem problemas por ser uma medida paliativa e assistencialista, portanto não é capaz de resolver o problema da desigualdade social persistente em nosso país.

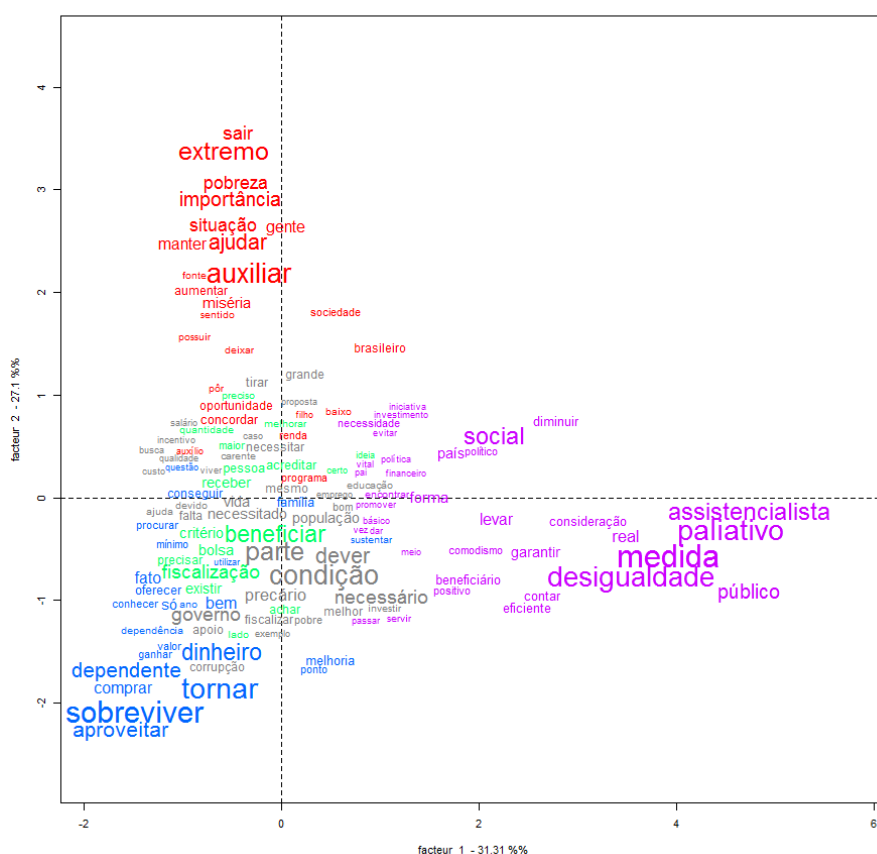


Figura 5. Análise Fatorial de Correspondência (AFC).

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) da Figura 6 mostra que apenas os discursos de três classes foram organizados em função das condições experimentais. Como se pode observar, os discursos da Classe 5 “Medida paliativa e assistencialista” foram ancorados na Condição Experimental Branca, e reflete os discursos ambíguos frente ao Programa Bolsa Família, pois apesar da sua importância ser reconhecida, ele ainda é visto como um programa paliativo e assistencialista que não resolve o problema da desigualdade social do Brasil.

A Classe 2 “PBF gera acomodação” foi ancorada na Condição Experimental Negra, portanto, indica que quando foram apresentados aos participantes a imagem da família negra beneficiária do bolsa família, os participantes tenderam a justificar seus posicionamentos frente ao programa afirmando que o mesmo gera acomodação nas famílias beneficiárias.

Por fim, a Classe 3 “Falha na fiscalização” foi ancorada pela Condição Controle, na qual não era apresentada imagem sobre o Bolsa Família, indicando que nesta condição os discursos dos participantes refletiram a ideia de que existe falha na fiscalização da execução do Programa Bolsa Família.

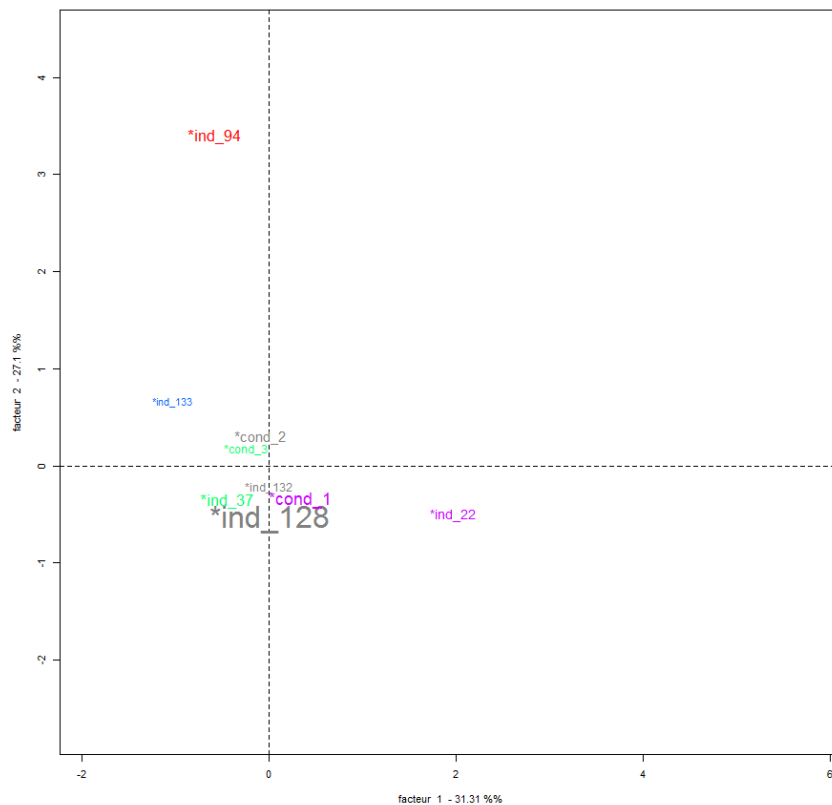


Figura 6. Análise Fatorial de Correspondência (AFC).

Discussão

Tomados em conjunto, os resultados da Análise de Mediação demonstraram que tanto a cor da família como o preconceito racial predizem de forma significativa o apoio ao Programa Bolsa Família. No entanto, o preconceito racial tem como papel mediar a relação entre a cor da família e o nível de apoio ao PBF. Neste sentido, na condição família negra, há

uma discordância maior com o PBF, enquanto na condição família branca há uma concordância maior com o PBF, corroborando a hipótese de pesquisa.

De forma geral, os discursos dos participantes demonstraram avaliações positivas sobre o Programa Bolsa Família, porém associada a críticas relacionadas a três aspectos: falhas na fiscalização, o programa não gera autonomia e o programa torna as famílias dependentes do Estado. Esses discursos de críticas são resultados das repetidas divulgações midiáticas de notícias sobre fraudes na inclusão de pessoas fora dos critérios do programa, bem como conteúdos que associam o programa a dependência e acomodação das famílias. Com isso, estas notícias reforçam a impressão, também no senso comum, de que o programa é falho.

Os conteúdos semânticos do corpus agregaram-se em torno de 5 classes que apresentaram dois eixos organizadores: Combate imediato a pobreza x Sem efeitos a longo prazo. Esses eixos remetem para visões de mundo hegemônicas no pensamento social dos estudantes universitários que avaliam o programa como necessário para o alívio imediato da pobreza, porém sem efeitos a longo prazo, pois não geram autonomia para as famílias beneficiárias.

De acordo com Campello (2013), existem quatro mitos difundidos na sociedade brasileira sobre o Programa Bolsa Família. O primeiro refere-se ao uso indevido dos recursos do programa pelas famílias beneficiárias. Porém, estudos empíricos têm apontado que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família destinam a maior parte dos recursos do programa com alimentação e habitação (Rocha, Mattos & Coelho, 2018).

O segundo mito, também muito difundido, é a crença de que as famílias beneficiárias passariam a ter mais filhos, lançando mão de um comportamento oportunista para ter acesso a um maior volume de recursos. No entanto, as evidências empíricas vão em direção contrária, Simões e Soares (2012) não encontraram efeito significativo do PBF na fecundidade das beneficiárias. Bem como Alves e Cavenaghi (2013) afirmam que o PBF não tem provocado aumento da taxa de fecundidade entre as mulheres beneficiárias.

Um terceiro, e talvez o mais propagado mito, é que o Bolsa Família atuaria de modo a acomodar as famílias, gerando dependência e desincentivando ao trabalho. Esse mito tem sido amplamente contestado, pois de acordo com Santos, Leichsenring, Filho e Mendes-Da-Silva (2017), as chances de os beneficiários do Programa Bolsa Família permanecerem no emprego são maiores do que para os não beneficiários do programa.

Por fim, o quarto mito que se trata da visão do Programa Bolsa Família como sendo de natureza populista também foi derrubado. Com o passar do tempo, o programa tem se

consolidado como uma política de Estado que tem desempenhado papel central nas políticas públicas brasileiras.

Neste estudo também se verificaram, frequentemente, discursos que se referiam ao Programa Bolsa Família como um ajuda do governo e não como dever do Estado garantido constitucionalmente. Essas concepções trazem consequências e influenciam as percepções da população sobre o programa e os beneficiários, que passam a ser vistos como pessoas que recebem ajuda do governo e não sujeitos de direitos.

Referências

- Alves, J. E. D. & Cavenaghi, S.O programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In T. Campello and M. Côrtes Neri (orgs), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea.
- Baron, R. M. & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1173-1182. Doi: <https://doi.org/10.1037//0022-3514.51.6.1173>
- Campello, T. (2013). Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In Tereza C. (Eds) *Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea.
- Controladoria Geral da União. (2018). Recuperado de <https://www.cgu.gov.br/noticias/2017/12/cgu-avalia-atuacao-do-governo-federal-para-aprimorar-controles-do-bolsa-familia>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2013). Recuperado de <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/bolsa-familia-reduziu-28-da-extrema-pobreza-diz-governo.html>.
- Mendes, F. R. P.; Zangão, M. O. B.; Gemito, M. L. G. P & Serra, I. S. C. C. (2016). Representações sociais dos estudantes de enfermagem sobre assistência hospitalar e atenção primária. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 69 (2), 343-350. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690218i>.
- Oliveira, L. F. B. & Soares, S. S. D. (2012) *O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2012.
- Oliveira, E.; Ens, R. T.; Andrade, D. B. S. F. & Muss, C. F. (2003). Análise de Conteúdo e Pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional*. 4 (9). Doi: <http://dx.doi.org/10.7213/rde.v4i9.6479>
- Peña, C. R.; Pinheiro, D. S.; Albuquerque, P. H. M. & Fernandes, L. M. (2015). A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*. 49 (4), 889-913. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612135532>
- Preacher, K. J. & Hayes, A. F. (2008). Asymptotic and resampling strategies for assessing and comparing indirect effects in multiple mediator models. *Behavior Research Methods*, 40, 879-891. Doi: <https://doi.org/10.3758/BRM.40.3.879>
- Rocha, M. A.; Mattos, L. B. & Coelho, A. B. (2018). Influência do Programa Bolsa Família na alocação de recursos: uma análise considerando a presença de mulheres no domicílio. *Economia e Sociedade*. 27 (3), 997-1028. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art11>.
- Santos, D. B.; Leichsenring, A. R.; Filho, N. M. & Mendes-Da-Silva, W. (2017). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa

renda. *Revista de Administração Pública*. 51 (5), 708-733. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612171851>

Simões, P. & Soares, R. B. (2012). Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*. 66 (4). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402012000400004> .

Testa, M. G.; Fronza, P.; Petrini, M. & Prates, J. C. (2013). Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Revista de Administração Pública*. 47 (6), 1519-1541. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000600009>.

ANEXOS



Prezado participante,

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre as características da sociedade brasileira. Para isto, gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo este questionário.

Por favor, leia atentamente os itens deste questionário e marque a opção que mais se aproxima do que você pensa, sente ou faz. Não deixe nenhuma questão em branco e em caso de dúvida, responda do modo que mais se aproxime de sua opinião pessoal.

Você pode responder com a máxima sinceridade e liberdade, pois é garantido o anonimato e confidencialidade de todas as suas respostas. Não é necessário informar o seu nome.

Questões adicionais sobre o estudo podem ser enviadas para Hévilla Rodrigues (hevilla10@hotmail.com).

Obrigada pela sua participação.

Termo de Consentimento

Ao responder esta pesquisa estou concordando em participar voluntariamente da pesquisa acima mencionada, sob a orientação da Professora Ana Raquel Rosas Torres, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científicos e acadêmicos. Marque a opção abaixo caso deseje participar da pesquisa.

☐

Concordo em participar da pesquisa.



A família Silva é beneficiária do Programa Bolsa Família. Segundo a Sra. Maria do Socorro da Silva, o valor que sua família recebe do programa é completamente utilizado para comprar comida para a subsistência da família dela. Apesar da importância do Programa Bolsa Família para milhares de famílias iguais a essa, este programa tem recebido várias críticas da sociedade brasileira por tornar as famílias dependentes do governo, acomodadas e sem buscar outras formas de geração de renda.

Tendo em mente o que você sabe sobre o Programa Bolsa Família, em que medida você concorda com ele?

Discordo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo
Muito											Muito

Por favor, justifique sua resposta:

1) Indique em que medida você concorda com as seguintes afirmações:

	Discordo muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo muito
Os negros podem superar o preconceito sem o apoio do governo.					
Se os negros se esforçassem mais não necessitariam da ajuda do governo.					
As famílias negras transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos necessários para ser bem-sucedido na sociedade brasileira.					
Os negros têm recebido mais do que merecem.					
O movimento negro tem exigido direitos excessivos e exclusivos para essa população.					
Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores que ensinam aos filhos.					
Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores e comportamentos sexuais.					

2) Indique com que frequência você sente as seguintes emoções:

	Nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Com que frequência você sente simpatia pelo movimento negro?					
Com que frequência você sente admiração pelo movimento negro?					

3) A respeito da população negra brasileira, indique em que medida você concorda com as seguintes afirmações:

	Discordo muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo muito
Eles têm conseguido mais do que merecem.					

Eles recebem muito respeito e consideração.					
Eles são muito exigentes em relação aos seus direitos.					
A discriminação não é um problema do Brasil.					
Eles têm muita influencia política.					
Eles não necessitam de ajuda, apenas devem se esforçar.					
Eles devem superar o preconceito sem apoio como aconteceu com outros grupos.					
Eles são mais habilidosos em trabalhos manuais.					
Possuem maior habilidade culinária.					
Estão em moda suas danças pela sensualidade que expressam.					
Tem-se dada demasiada importância aos seus movimentos de protesto.					
Parece pouco prudente dar importância as suas queixas.					
Apresentam melhor desempenho em modalidades esportivas.					
Possuem uma beleza diferente.					

4) Qual a cor da pele da família Silva?

() Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena

Dados Sociodemográficos

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Curso: _____

Sua família é ou já foi beneficiária do Programa Bolsa Família?

() Sim () Não

Qual a cor da sua pele?

() Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena

Renda Familiar: () Classe A (acima de 20 salários mínimos)

() Classe B (de 10 a 20 salários mínimos)

() Classe C (de 4 a 10 salários mínimos)

() Classe D (de 2 a 4 salários mínimos)

() Classe E (até 2 salários mínimos)



Prezado participante,

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre as características da sociedade brasileira. Para isto, gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo este questionário.

Por favor, leia atentamente os itens deste questionário e marque a opção que mais se aproxima do que você pensa, sente ou faz. Não deixe nenhuma questão em branco e em caso de dúvida, responda do modo que mais se aproxime de sua opinião pessoal.

Você pode responder com a máxima sinceridade e liberdade, pois é garantido o anonimato e confidencialidade de todas as suas respostas. Não é necessário informar o seu nome.

Questões adicionais sobre o estudo podem ser enviadas para Hévilla Rodrigues (hevilla10@hotmail.com).

Obrigada pela sua participação.

Termo de Consentimento

Ao responder esta pesquisa estou concordando em participar voluntariamente da pesquisa acima mencionada, sob a orientação da Professora Ana Raquel Rosas Torres, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científicos e acadêmicos. Marque a opção abaixo caso deseje participar da pesquisa.

☐

Concordo em participar da pesquisa.



A família Silva é beneficiária do Programa Bolsa Família. Segundo a Sra. Maria do Socorro da Silva, o valor que sua família recebe do programa é completamente utilizado para comprar comida para a subsistência da família dela. Apesar da importância do Programa Bolsa Família para milhares de famílias iguais a essa, este programa tem recebido várias críticas da sociedade brasileira por tornar as famílias dependentes do governo, acomodadas e sem buscar outras formas de geração de renda.

Tendo em mente o que você sabe sobre o Programa Bolsa Família, em que medida você concorda com ele?

Discordo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo
Muito											Muito

Por favor, justifique sua resposta:

5) Indique em que medida você concorda com as seguintes afirmações:

	Discordo muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo muito
Os negros podem superar o preconceito sem o apoio do governo.					
Se os negros se esforçassem mais não necessitariam da ajuda do governo.					
As famílias negras transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos necessários para ser bem-sucedido na sociedade brasileira.					
Os negros têm recebido mais do que merecem.					
O movimento negro tem exigido direitos excessivos e exclusivos para essa população.					
Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores que ensinam aos filhos.					
Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores e comportamentos sexuais.					

6) Indique com que frequência você sente as seguintes emoções:

	Nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Com que frequência você sente simpatia pelo movimento negro?					
Com que frequência você sente admiração pelo movimento negro?					

7) A respeito da população negra brasileira, indique em que medida você concorda com as seguintes afirmações:

	Discordo muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo muito
Eles têm conseguido mais do que merecem.					

Eles recebem muito respeito e consideração.					
Eles são muito exigentes em relação aos seus direitos.					
A discriminação não é um problema do Brasil.					
Eles têm muita influencia política.					
Eles não necessitam de ajuda, apenas devem se esforçar.					
Eles devem superar o preconceito sem apoio como aconteceu com outros grupos.					
Eles são mais habilidosos em trabalhos manuais.					
Possuem maior habilidade culinária.					
Estão em moda suas danças pela sensualidade que expressam.					
Tem-se dada demasiada importância aos seus movimentos de protesto.					
Parece pouco prudente dar importância as suas queixas.					
Apresentam melhor desempenho em modalidades esportivas.					
Possuem uma beleza diferente.					

8) Qual a cor da pele da família Silva?

() Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena

Dados Sociodemográficos

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Curso: _____

Sua família é ou já foi beneficiária do Programa Bolsa Família?

() Sim () Não

Qual a cor da sua pele?

() Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena

Renda Familiar: () Classe A (acima de 20 salários mínimos)

() Classe B (de 10 a 20 salários mínimos)

() Classe C (de 4 a 10 salários mínimos)

() Classe D (de 2 a 4 salários mínimos)

() Classe E (até 2 salários mínimos)



Prezado participante,

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre as características da sociedade brasileira. Para isto, gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo este questionário.

Por favor, leia atentamente os itens deste questionário e marque a opção que mais se aproxima do que você pensa, sente ou faz. Não deixe nenhuma questão em branco e em caso de dúvida, responda do modo que mais se aproxime de sua opinião pessoal.

Você pode responder com a máxima sinceridade e liberdade, pois é garantido o anonimato e confidencialidade de todas as suas respostas. Não é necessário informar o seu nome.

Questões adicionais sobre o estudo podem ser enviadas para Hévilla Rodrigues (hevilla10@hotmail.com).

Obrigada pela sua participação.

Termo de Consentimento

Ao responder esta pesquisa estou concordando em participar voluntariamente da pesquisa acima mencionada, sob a orientação da Professora Ana Raquel Rosas Torres, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científicos e acadêmicos. Marque a opção abaixo caso deseje participar da pesquisa.

☐

Concordo em participar da pesquisa.

A família Silva é beneficiária do Programa Bolsa Família. Segundo a Sra. Maria do Socorro da Silva, o valor que sua família recebe do programa é completamente utilizado para comprar comida para a subsistência da família dela. Apesar da importância do Programa Bolsa Família para milhares de famílias iguais a essa, este programa tem recebido várias críticas da sociedade brasileira por tornar as famílias dependentes do governo, acomodadas e sem buscar outras formas de geração de renda.

Tendo em mente o que você sabe sobre o Programa Bolsa Família, em que medida você concorda com ele?

Discordo Muito	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Muito
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	-------------------

Por favor, justifique sua resposta:

9) Indique em que medida você concorda com as seguintes afirmações:

	Discordo muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo muito
Os negros podem superar o preconceito sem o apoio do governo.					
Se os negros se esforçassem mais não necessitariam da ajuda do governo.					
As famílias negras transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos necessários para ser bem-sucedido na sociedade brasileira.					
Os negros têm recebido mais do que merecem.					
O movimento negro tem exigido direitos excessivos e exclusivos para essa população.					
Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores que ensinam aos filhos.					

Comparadas com as famílias brancas, as famílias negras são muito diferentes nos valores e comportamentos sexuais.					
---	--	--	--	--	--

10) Indique com que frequência você sente as seguintes emoções:

	Nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Com que frequência você sente simpatia pelo movimento negro?					
Com que frequência você sente admiração pelo movimento negro?					

Dados Sociodemográficos

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Curso: _____

Sua família é ou já foi beneficiária do Programa Bolsa Família?

() Sim () Não

Qual a cor da sua pele?

() Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena

Renda Familiar: () Classe A (acima de 20 salários mínimos)

() Classe B (de 10 a 20 salários mínimos)

() Classe C (de 4 a 10 salários mínimos)

() Classe D (de 2 a 4 salários mínimos)

() Classe E (até 2 salários mínimos)